

Almir

VANESSA DA COSTA LOPES

A Revolução de 1930 pela historiografia brasileira

Monografia apresentada como requisito de avaliação da disciplina Pesquisa Histórica II, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Professor Dr. Raimundo Arrais, para fins de obtenção do título de Licenciado e Bacharel em História.

**Natal/RN
2007**

VANESSA DA COSTA LOPES

A Revolução de 1930 pela historiografia brasileira

Monografia apresentada em ____/____/____.

Nota: _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Raimundo Arrais (Orientador)

Prof. Dr. Almir de Carvalho Bueno

Prof. Dr. Raimundo Nonato Rocha

**Natal/RN
2007**

*À memória dos meus amados e
saudosos avós Ivanilda Ferreira da
Costa e José Hilton da Costa.*

AGRADECIMENTOS

Escrever uma monografia não é uma tarefa fácil. Não só pela ampla pesquisa que é necessária, mas também por todo o desgaste psicológico que esta tarefa exige. Por isso, em meus agradecimentos, muitas pessoas merecem aqui ser citadas, por terem colaborado não só com o conteúdo desta, mas também com apoio, paciência, incentivo e tantas outras coisas que são fundamentais para uma produção como essa.

Gostaria primeiramente de agradecer a Deus por ter me dado capacidade de produzir este trabalho. Mas preciso agradecer além disso. Preciso agradecer também por Ele ter colocado em meu caminho, nesses cinco anos de universidade, pessoas especiais e que foram fundamentais para que, hoje, este trabalho possa estar concluído.

Agradeço à minha família, especialmente aos meus pais Ivana e Cleyber, que são o meu alicerce de vida. Obrigada por terem acreditado em mim sempre, pelo incentivo e pelo apoio nos momentos difíceis, pela paciência, pela confiança, pelo amor que vocês me dedicam. Amo vocês.

A minha querida amiga Bruna Rafaela, a quem devoto profundo carinho e admiração, que esteve presente em momentos importantes da minha vida e que me apoiou nas horas mais difíceis deste trabalho. Obrigada pelos conselhos, pela paciência, pela lealdade... Enfim, obrigada por sua amizade.

Obrigada a todos os professores com os quais eu tive o prazer de conviver nesses mais de cinco anos de curso. Mestres que contribuíram muito para o meu crescimento, não só intelectual, mas também como pessoa. Que ajudaram a construir a pessoa que sou hoje, sem dúvida uma pessoa melhor e mais esclarecida. Citarei aqui o nome de alguns dos quais gosto muito e que me ajudaram neste trabalho: Almir Bueno, que me auxiliou com textos e esclarecimentos desde o início deste trabalho; Durval Muniz, a quem devo muito dessa pesquisa, obrigada pelo carinho, pela troca de idéias e pela atenção que tantas vezes me dedicou; Fátima Martins, pela paciência e empenho em me ajudar a finalizar os detalhes dessa monografia; Aurinete Girão, professora que, para mim, é sinônimo de várias coisas que, juntas, ajudaram fundamentalmente à minha jornada acadêmica. Devo a ela as oportunidades que tive dentro da universidade, projetos, bolsas, etc., agradeço pelo carinho.

pela compreensão, pela amizade, pelo respeito, pela dedicação que dela recebi, e por tudo o que com ela aprendi durante esse tempo.

E, claro, agradeço ao meu querido orientador Raimundo Arrais pelos ensinamentos, pela paciência, pela amizade, pela compreensão, pela disponibilidade. Obrigada por ter me ajudado com este trabalho, mesmo não fazendo ele parte da sua linha de pesquisa. Obrigada pelas tantas disciplinas em que eu tive o prazer de cursá-las com você e que me ajudaram bastante.

Ao Professor Adriano Codato, da Universidade Federal do Paraná, que foi muito atencioso e prestativo comigo ainda na fase das pesquisas para este trabalho. Agradeço todas as indicações e materiais para pesquisa que foram a mim cedidos por ele.

Agradeço também aos meus amigos, Neto e João Carlos que foram sempre tão atenciosos comigo. Pessoas que tenho o privilégio de ter como amigos e que em tantas horas precisei, sempre estiveram ao meu lado. Ao querido amigo Neto, a quem admiro muito e a quem devo muito desse trabalho, obrigada pela força, pela confiança, pelas palavras amigas, pela disponibilidade, pelo respeito... Obrigada, Francisco Firmino Neto por você ser meu amigo. João Carlos, agradecerei sempre a você às tantas idéias, os conselhos, as dúvidas, o companheirismo e a confiança que construímos ao longo do Curso de História. Sou fã de vocês! E vou repetir aqui o que sempre digo em alto e bom tom: quando eu crescer, quero ser como vocês. Obrigada por tudo.

Aos meus amigos e companheiros de curso. Pessoas com as quais eu ri, brinquei, troquei idéias, fiz amizades. Pessoas que não passaram pela minha vida, e sim, ficaram. Arthur Luis, Daianne Cristine, Bueno, Elizângela, William Cabral, Borges Neto, Luciana Aranha...Obrigada por tornar feliz o frio ambiente da universidade. Agradeço também ao meu colega Thiago Alves que me socorreu num momento muito importante para mim que foi o dos ajustes finais deste trabalho.

Aos funcionários do Departamento de História: Toinho e Márcio (meus 'secretas' favoritos) e a Cétura, por estarem sempre dispostos a me ajudar, pela simpatia e pela eficiência.

A todos, os meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo mostrar algumas visões da historiografia brasileira sobre a Revolução de 1930. Para isso, serão analisadas aqui algumas das principais obras produzidas sobre esse evento, enfatizando-se a mudança da leitura historiográfica sobre ele. Assim, foram usadas aqui obras como a de Virgínio Santa Rosa – militar atuante na Revolução de outubro e que escreveu no ano de 1933 *O sentido do tenentismo*, obra que será trabalhada no primeiro capítulo mostrando a visão do autor sobre a Revolução de trinta; Nelson Werneck Sodré, autor também militar, mas que possui um olhar um pouco distinto sobre a Revolução de outubro, será trabalhado no segundo capítulo onde estará não só a visão do autor sobre o fato histórico de trinta, mas também os discursos nos quais ele se apoia que fundamentar o seu discurso. Por fim, no terceiro e último capítulo, estarão presentes as obras de Edgar De Decca, *O silêncio dos vencidos*, e Carlos Alberto Vesentini, *A teia do fato*, que marcaram juntas, na década de 1980, uma nova fase de interpretações sobre a Revolução de 1930.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 VIRGÍNIO SANTA ROSA: A REVOLUÇÃO DAS CLASSES MÉDIAS	18
2 NELSON WERNECK SODRÉ: A REVOLUÇÃO DOS TENENTES	28
3 A DESCONSTRUÇÃO DA REVOLUÇÃO	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
ANEXOS	64
Anexo 1: Manifesto de Luís Carlos Prestes a Osvaldo Aranha em maio de 1930	
Anexo 2: Manifesto da Aliança Liberal redigido por Lindolfo Collor em 1929	

INTRODUÇÃO

Nos anos trinta, a política brasileira foi marcada por forte instabilidade e por fortes debates em torno da política nacional, onde alguns questionavam o governo da oligarquia cafeeira paulista e a sua administração política. É certo que esses questionamentos não surgiram apenas em 1930, mas foi no início desta década, com a eminência de uma revolução, que eles tomaram uma forma melhor definida e tornaram-se mais fortes. Apesar dos levantes armados e das agitações sociais pelas quais passou o Brasil na década de 1920, a ruptura institucional pela qual se especula ter passado a política brasileira com a deposição da oligarquia paulista do poder em outubro de 1930, fez surgir na historiografia brasileira o evento que se convencionou chamar Revolução de 1930.

O significado de 1930 vem sendo estudado pelas mais diferentes vertentes historiográficas que procuram afirmar, ou negar, a importância do evento na história do Brasil. Questionar 1930 como um símbolo de ruptura ou de continuidade significa confrontar opiniões produzidas pelos mais diversos autores, participantes ou não daquele evento histórico.

Estando inserida no campo historiográfico, pretende-se trabalhar aqui com as visões e com os conceitos utilizados por obras clássicas produzidas pela historiografia brasileira. Ao trabalhar com a historiografia, percebe-se que a realidade histórica é constituída como um movimento histórico. por sua vez objeto do conhecimento histórico. Não é o conhecimento histórico que produz o objeto, ele apenas consegue dar-lhe certa representação dentro de regras, métodos, leis teóricas assumidas pelo historiador, agente produtor do conhecimento: "O conhecimento é o registro inteligente que o historiador procura fazer para compreender aquela realidade. A historiografia é justamente o conhecimento crítico dessa representação e do processo que a determinou"².

A historiografia é a análise crítica do conhecimento histórico e historiográfico, e de seu processo de produção, reconhecendo, portanto, um conhecimento científico que se perfila pelos métodos, técnicas e leis da ciência

² LAPA, José Roberto do A. *Historiografia brasileira contemporânea*. p.18.

histórica, não deixando, no entanto, de se constituir enquanto conhecimento. Pode ser entendida como um universo de duas hipóteses: há sempre um novo olhar para o cotidiano, o que impede que o mesmo se repita, mesmo analisando o passado quando já se sabe o que nele se passou; ou, há um olhar que capta o “novo” quando ele não é novo, mas apenas a repetição, ou seja, quando percebe-se que a ruptura falseou a realidade, tornando-se uma continuidade: “(...) quando um autor comete um engano ou mente, seu texto não é menos significativo do que quando diz a verdade; o que importa é que o texto possa ser recebido pelos contemporâneos, ou que seu produtor tenha acreditado nele”³.

Este trabalho propõe analisar algumas das obras clássicas sobre 1930. Dos que escreveram as primeiras obras sobre o período – Virgínio Santa Rosa e Nelson Werneck Sodré – até aqueles que se propuseram a uma nova leitura sobre trinta – caso de Edgar de Decca que em sua obra *O silêncio dos vencidos* faz um apanhado historiográfico sobre 1930 para se posicionar como uma nova visão sobre o tema e de Carlos Vesentini que propõe em *A teia do fato* um estudo sobre a construção do fato histórico e da memória histórica. Este trabalho vai abranger diferentes momentos históricos que trataram sobre o mesmo tema, buscando mostrar as mudanças sofrida pela historiografia que trata do período.

Se a revolução for pensada em diversos momentos da historiografia brasileira, mesmo que superficialmente, é possível que ela seja interpretada como símbolo de uma ruptura institucional, uma vez que foi em 1930 que as antigas instituições oligárquicas – donas do poder no Brasil durante este período – foram postas de lado, dando espaço a uma “nova” configuração política nacional, formada por uma República Federativa proposta pela Aliança Liberal. Porém, se forem observados os conceitos de revolução, provavelmente essa “ruptura institucional” passaria a ser observada de outra maneira. Por exemplo, para o marxismo, revolução seria

(...) a mudança de um modo de produção para outro, sendo esta mudança provocada por uma convergência de conflitos entre as velhas instituições e as novas forças de produção

³ TZYETAN, Todorov. A conquista da América, apud Marcos Cezar de Freitas em *Historiografia brasileira em perspectiva*. p. 9.

que lutam pela liberdade. e, entre as classes dominante e dominada dentro da velha ordem⁴.

No entanto, o termo revolução não é uma exclusividade do marxismo. Ao contrário da visão marxista anteriormente citada, existe um outro conceito de revolução que vai mais longe ao que diz respeito a sua interpretação. Não se restringindo ao campo econômico, uma revolução pode também representar grande mudança social, mas não só uma mudança da estrutura social, e sim do indivíduo em si. Uma mudança da postura social das pessoas. Piotr Sztompka, em *A sociologia da mudança social*, afirma que

As revoluções são as manifestações mais espetaculares da mudança social. Elas marcam rupturas fundamentais no processo histórico, remodelam a sociedade humana desde seu interior, transformando também as pessoas. Nada permanece como antes; revoluções fecham épocas e abrem outras novas. Nos momentos de revolução, as sociedades experimentam a explosão de seu potencial de autotransformação (...) Nesse sentido, as revoluções são sinais de saúde social⁵.

Ainda segundo a visão de Sztompka, as revoluções podem ser assim identificadas porque possuem características específicas. É no processo revolucionário que as mudanças abrangem todos os níveis e dimensões da sociedade: economia, política, cultura, organização social, individualidades. Em todas estas áreas as mudanças profundas atingem a estrutura e o funcionamento da sociedade. Por essas razões, as revoluções são as mais significativas demonstrações de mudança. E parte da historiografia brasileira considera 1930 uma revolução. Se para classificar o momento histórico de 1930 no Brasil fosse utilizada a visão e os argumentos de Sztompka, esse evento ainda seria assim considerado?

Porém, questionar 1930 como sendo ou não uma revolução não é o cerne deste trabalho. Tal questão foi aqui levantada para mostrar que diversas problemáticas envolvem o tema, e que a própria historiografia brasileira vem especulando há décadas sobre o que foi a Revolução de 1930, explorando inclusive os conceitos de revolução, buscando uma resposta para o significado

⁴ BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. p. 324

⁵ SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*, p.505.

desse evento histórico, questionando também o mesmo como sendo um marco de “ruptura” ou de “continuidade” da República no Brasil.

A historiografia sobre 1930 é ampla e proporciona um vasto debate político-ideológico-social sobre esse evento que se convencionou chamar revolução. Porém, é importante estar atento às interpretações políticas dos fatos em particular e as conveniências de cada autor ao relatar seu ponto de vista. Porque, independente de simbolizar uma ruptura ou uma continuidade, o fato é que 1930 tornou-se um marco para a historiografia brasileira, ou pelo menos para a história política brasileira, e é a partir das mais variadas interpretações desse marco que surgiram discursos convergentes e divergentes sobre o mesmo.

O movimento de 1930 afastou a oligarquias do poder. Ou pelo menos pretendeu isso. 1930 se constituiu em marco importante da historiografia política do Brasil e tem sido bastante discutido sob o prisma de diferentes vertentes historiográficas, sendo nesse trabalho três delas destacadas: a visão dos que primeiramente escreveram sobre 1930, caso de Virgínio Santa Rosa em *O sentido de tenentismo*, onde o autor explica o fenômeno do tenentismo como as vanguardas das classes médias⁶. Para ele, Trinta simbolizou um confronto de interesses entre aqueles que queriam apenas mudanças políticas e outros que almejavam mudanças mais radicais para atender aos interesses da pequena burguesia. Assim, Santa Rosa vê esse amplo grupo se opor a uma burguesia ao mesmo tempo agrária e industrial, apoiada nos latifúndios e nas oligarquias políticas. Diante desse quadro, o autor defende a implantação de uma ditadura forte e enérgica, capaz de transformar a sociedade brasileira através de reformas profundas e radicais.

Além de Santa Rosa, um outro autor também participante do Movimento de 1930 escreveu sobre o período: Nelson Werneck Sodré. Para ele, 1930 teria sido a primeira revolução burguesa do Brasil, pois proporcionou o fim de um sistema que ele denomina “feudalismo agrário” que era administrado pelas oligarquias brasileiras. Contrapondo-se a esta, a produção historiográfica da década de 1980, representada por Edgar de Decca com *O silêncio dos vencidos* que desqualifica 1930 enquanto marco revolucionário. Compartilhando do mesmo pensamento está Carlos Alberto Vesentini que defende (quando se

⁶ SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*, p. 87.

remete à Revolução de 1930) em sua obra, *A teia do fato*, que a memória histórica de trinta foi construída sob a visão de seus vencedores. Teria havido o que o autor chama de “reconstrução do fato”.

Visto como momento revolucionário ou não, 1930 representa um momento político importante na História do Brasil. Sob os olhares dos que defendem a idéia de ruptura ou de continuidade da política pós-1930, uma coisa é certa: estruturas foram modificadas e a chegada de Getúlio Vargas a Presidência da República marcou uma nova fase da História política brasileira.

Mostrar as interpretações sobre 1930 que caracterizam tal evento ora como “Revolução”, ora como “Movimento”, confrontando clássicos da historiografia sobre o tema, é o que propõe esse trabalho, que terá também a oportunidade de mostrar a mudança na “leitura” de 1930 feita pela historiografia brasileira, começando por autores clássicos como Nelson Werneck e terminando na década de 1980 com De Decca e Vesentini, onde a produção historiográfica conta com uma releitura da Revolução. A partir do estudo dessas obras, serão postas e confrontadas as idéias que fazem de 1930 um marco que simboliza uma ruptura política, ou que não consideram 1930 uma “Revolução”, mas sim um “movimento” resultado de um conflito de oligarquias que não proporcionou grande mudança no sistema político brasileiro. Porém, também serão mostradas as estruturas econômicas do período. O que por muitos se denominou “Revolução” teve seu início nas mudanças econômicas as quais o Brasil já vinha sentindo desde a década de 1920, e que trouxeram consigo conseqüências políticas e sociais que desencadearam o movimento de 1930.

Virgínio Santa Rosa, tenente participante do Movimento de 1930, afirma em *O sentido do tenentismo* que 1930 teria sido sim uma Revolução. Para Santa Rosa, o conflito entre oligarquias (urbanas e agrárias) ganhou proporção e esse antagonismo fez com que esses pequenos grupos conflitantes desencadeassem a Revolução em prol da luta por seus interesses. Compartilhando desta visão está Nelson Werneck Sodré que afirma ter sido 1930 uma Revolução burguesa – chamada assim pelo autor porque mudou a estrutura política em vigor, pondo fim ao poder das oligarquias estaduais. Foi “burguesa” porque a burguesia era a classe social em ascensão durante esse período e juntas (a alta e a baixa burguesia) participaram efetivamente da Revolução. O processo revolucionário pôs fim ao que o autor chamou *feudalismo agrário* praticado pelas oligarquias.

que possuíam grande poder não só político, mas também econômico. Esse *Feudalismo agrário*, segundo Nelson Werneck Sodré, simboliza o interesse maior dos oligarcas que consistia na supervalorização do latifúndio e a briga pela permanência desse sistema agrário na estrutura econômica: “Os nossos homens públicos podem tem, como tem realmente, seus pensamentos nas nuvens, mas suas raízes estão enterradas nos feudos afazendados em que está repartido o território nacional”⁷.

Segundo esses autores, os organizadores da Revolução não tinham um plano concreto de modificação para as estruturas sociais. Havia um luta motivada por interesses políticos, que se restringia à ânsia de ascensão ao poder: “A Revolução de outubro não tinha qualquer programa de reformas sociais a resolver. Proveniente de uma luta eleitoral pelo poder, não podia ir além de uma modificação política, meramente de forma, como única equação que se apresentava”⁸. Entende-se, porém que, o conceito de Revolução aplicado por esses autores deve-se às modificações políticas ocorridas em 1930, mesmo que tais mudanças tenham se restringido ao campo político. Para eles, o surgimento de uma nova classe social (a burguesia) e a nova força política representada por um poder nacional centralizado marcou uma nova fase da história do Brasil.

Porém, como já havia dito anteriormente, a historiografia sobre 1930 conta com opiniões distintas sobre o evento. Para Edgar de Decca 1930 esteve longe de ser uma Revolução. O autor denomina esse período da história brasileira como sendo um Movimento burguês que teria surgido com a finalidade de asfixiar o Movimento operário que crescia e ganhava força. De acordo com de Decca, o que alguns autores denominaram Revolução – afirmando mudanças, rupturas nas estruturas da época – não passou de um movimento que acabou por dar continuidade às antigas estruturas da República Velha, pois o sistema de poder não se modificou. O que houve, ainda segundo ele, foi uma construção do fato histórico de 1930, juntamente com a elaboração de uma memória histórica sobre o evento, construída pelos vencedores, que teve por objetivo legitimar o poder por eles alcançado após outubro de 1930.⁹ De Decca vai ainda mais longe em sua análise e afirma que a Revolução de 1930

⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. p.239.

⁸ Idem. p. 242.

⁹ DE DECCA, Edgar. Op. cit. p. 18.

enquanto evento histórico não passou de uma construção de um fato. Segundo ele, a memória histórica da Revolução de 1930 foi um fato construído enquanto memória individual e que, quando consolidou-se na historiografia enquanto marco histórico e revolução, tornou-se memória coletiva. O trabalho de Edgar De Decca conceituando e vinculando o conceito de memória histórica à Revolução de 1930 dá ao evento uma visão diametralmente oposta às demais já produzidas até então. É em *O silêncio dos vencidos* que o autor aponta as novas diretrizes para que se possa entender melhor o que se convencionou chamar de "Revolução de 1930".

No primeiro capítulo deste trabalho será estudada a Revolução de 1930 a partir da obra de Virgínio Santa Rosa. Por ser uma das primeiras obras produzidas sobre o tema, *O sentido do tenentismo* tem uma importância histórica que envolve alguns fatores: o fato de seu autor ter sido um militar; a obra foi escrita na década de 1930, mas especificamente no ano de 1933, onde ainda eram sentidos os efeitos da revolução; foi influenciada também por uma corrente ideológica atuante no período, o marxismo. Colocando como eixo de sua discussão o conflito entre as classes médias, Santa Rosa mostra que a Revolução de 1930 foi resultado de uma conjuntura política, econômica e social que enfrentava problemas desde o início da República e que viu na conturbação vivida no final da década de vinte, uma boa oportunidade de reverter tais quadros.

O segundo capítulo mostra uma outra visão sobre 1930. A partir dos argumentos de Nelson Werneck Sodré, em *A história militar do Brasil*, autor clássico da historiografia brasileira, é possível perceber como uma fração da sociedade, marginalizada durante boa parte da década de vinte, emergiu e tornou-se um dos principais agentes da revolução: os tenentes. Numa defesa explícita dessa fração social, Nelson Werneck argumenta que a revolução outubrista não teria saído vitoriosa sem a colaboração tenentista. Além disso, o autor trata também de aspectos polêmicos do período como a atuação política das oligarquias, o papel do Partido Republicano, as dissidências oligárquicas que acabam por compor juntamente com outros grupos a Aliança Liberal em 1929, etc. Para o autor, toda a conjuntura brasileira desse período estava mal organizada; desestruturada. A máquina do Estado funcionava para a satisfação dos interesses de um pequeno grupo (a oligarquia paulista) e, quando as disputas

pelo poder atingiram as oligarquias que antes o monopolizavam, então o cenário político começou a dar sinais de enfraquecimento. É analisando toda essa estrutura política e social que Nelson Werneck aponta o que ele considera as causas da Revolução de 1930. Em relação os tenentes, figuras de destaque na obra, o autor faz um apanhado de toda a luta tenentista, que teria começado no início dos anos 1920, já com reivindicações sociais importantes, e que tiveram a oportunidade de serem mais esclarecidas com a Revolução de 1930.

O terceiro e último capítulo, mostra a mudança diametral sofrida pela historiografia a partir da década de 1970. Devido a mudanças teóricas, epistemológicas, sociais que surgiram a partir desse período, novas formas de leituras foram sugeridas. No caso específico da Revolução de 1930, uma inovadora historiografia sobre o tema foi produzida, sugerindo uma releitura do mesmo com base em conceitos como “memória histórica”, “construção do fato histórico”, etc. Em obras diametralmente opostas às produzidas até 1970 sobre a revolução, Edgar De Decca (*O silêncio dos vencidos*) e Carlos Alberto Vesentini (*A teia do fato*) vão expor as suas novas propostas de estudo sobre a revolução outubrista, marcando de forma significativamente a historiografia sobre o tema.

Baseado em discussões como essas e em seus conceitos, procurarei entender o contexto histórico que envolve cada uma das produções historiográficas a serem analisadas neste trabalho. Para isso será utilizada a análise dos discursos dessas obras que será feita a partir de uma abordagem qualitativa dos textos produzidos sobre 1930. Para que essa abordagem seja feita será necessário verificar as diferentes versões sobre o evento, analisando alguns discursos clássicos sobre 1930, constatando em que pontos eles se aliam ou divergem. Um discurso não é caracterizado apenas como um lugar de lutas sociais e de confrontos políticos; pode ser também o meio de expressar aquilo pelo o que se luta. A análise de um discurso pode conter técnicas que visem enxergar uma sociedade através de um discurso, ou técnicas que percebam os modos com os quais a sociedade se apodera do discurso: “em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e

distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos (...) esquivar sua pesada e temível materialidade”¹⁰.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso, apud José D’Assunção Barros em *O campo da história*. p. 143.

CAPITULO I
VIRGÍNIO SANTA ROSA: A REVOLUÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS

Na década de 1920, a sociedade brasileira viveu um período de grande efervescência e profundas transformações. Mergulhado numa crise cujos sintomas se manifestaram nos mais variados planos, o Brasil experimentou uma fase de transição cujas rupturas drásticas se concretizaram a partir do que se convencionou chamar Revolução de 1930. Nessa mesma década, eventos mudaram de forma significativa o panorama político e cultural brasileiro. A Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o movimento tenentista, etc. foram indicadores de que mudanças chegariam, colocando em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República. Apesar de outros levantes ocorridos na década de vinte já sinalizarem a necessidade de mudanças políticas, econômicas e sociais, foi com a Revolução de 1930 que tais idéias tiveram a oportunidade de serem postas em prática. Essa é um dos fatores que dá importância ao estudo desse fato histórico.

A primeira linha de interpretação que será aqui estudada vê 1930 como uma revolução de classes médias. Tendo sua produção já iniciada na própria década de 1930, essa versão de "luta de classes" teve como principal defensor um militar observador e participante do movimento: Virgínio Santa Rosa. Porém, essa visão de "luta de classes" presente principalmente na obra *O sentido do tenentismo*, é anterior. Tudo começou com a publicação em 1932 do livro *A desordem: ensaio de interpretação do momento*, também de autoria de Santa Rosa, onde o autor afirma ver no exército brasileiro o representante das diversas camadas e regiões no país. Ele explica os motins militares como sendo a "sementeira" e a "desordem" como "positiva". Em resposta, Alcindo Sodré, publica *A gênese da desordem* que, ao contrário, deseja a manutenção da ordem, afetada basicamente pela presença militar na direção da República desde sua fundação, mas naquele momento se manifestando com uma conotação de socialismo e de comunismo. Como réplica à visão de Alcindo Sodré, Santa Rosa lança, em 1933 *O sentido do tenentismo*, pretendendo explicar o fenômeno do tenentismo como vanguarda das classes médias, no seio de um movimento ascensional da pequena burguesia. Ele explica que em outubro de 1930 se confrontavam duas correntes: uma que almejava somente reformas políticas e outra que ansiava mudanças radicais, para atender aos anseios da pequena burguesia. Essa classe, para Santa Rosa, inclui o proletariado e as massas rurais, além das classes médias

urbanas. Assim, em uma visão de lutas de classe, o autor vê esse amplo grupo se opor a uma burguesia, ao mesmo tempo agrária e industrial, apoiada nos latifúndios e nas oligarquias políticas.

Em *O sentido do tenentismo*, Virgínio Santa Rosa busca mostrar que a Revolução de 1930 no Brasil resultou de uma junção de fatores, onde estavam incluídas insatisfações sociais e políticas que, aliadas a uma grave crise econômica em 1929, fragilizaram o país e abriram caminho para a Revolução. O autor busca elucidar tal evento histórico começando pelos seus antecedentes, permitindo que o leitor entenda melhor o seu desencadeamento e porque, mesmo depois de vitoriosa a Revolução, a conjuntura política e social do Brasil foi de crise.

No decorrer da obra, Santa Rosa baseia-se em textos de autores que estiveram diretamente envolvidos no processo revolucionário de 1930. Procurando fundamentar o seu discurso em relação a posição de vanguarda social a qual atribuía aos tenentes, ele cita os trabalhos *Outubro de 1930* e *O Brasil errado*, respectivamente de Virgílio de Melo Franco e Martins de Almeida, ambos militares, que trataram o evento de 1930 como sendo uma revolução necessária ao país e que só pôde sair vitoriosa graças a colaboração dos tenentes. Tenentes estes que por terem como missão a vanguarda social, tinham o dever de libertar a sociedade brasileira do domínio oligárquico que durava décadas. Além de seguir a mesma ideologia dos demais autores militares desse período, Santa Rosa também compartilha de algumas idéias de Oliveira Vianna. Observador de todo o período turbulento que antecedeu 1930, da própria revolução e de suas consequências, Oliveira Vianna escreveu várias obras importantes para a historiografia brasileira, sendo algumas delas citadas por Santa Rosa. Em *O idealismo da Constituição*, onde Oliveira Vianna remonta o quadro político e social brasileiro, que então ainda era regido pela Constituição de 1891, apontando a necessidade de mudança diante de uma carta de leis que já não atendia aos anseios nacionais. O argumento de autores como Santa Rosa é fortalecido diante de obras como esta, uma vez que elas ajudam a justificar o quanto necessária era a Revolução de outubro; o quanto necessário era que se destituisse do poder o grupo oligárquico paulista, defensor ferrenho da Constituição de 1891 que garantia todos os seus interesses.

Uma outra obra de Oliveira Vianna citada em *O sentido do tenentismo* por Virgínio Santa Rosa é *O ocaso do Império*, onde o autor mostra que, apesar de proclamada a República em 1889, algumas instituições imperiais permaneceram durante o novo regime. Os antigos baronatos, transformam-se no coronelismo

republicano; a economia agrária de larga escala permanece, assim como os privilégios das classes mais altas da sociedade. A política do governadores proposta pelo presidente Campos Sales logo nos primeiros anos de vida republicana provou que pelo menos alguns dos interesses que faziam parte das altas classes do Império, não saíram de com a República. A inclusão de políticas como essa no cenário político do Brasil, com o decorrer dos anos, mostra o porquê de tantos levantes civis e militares durante a década de 1920 e também o porquê dos grupos exaltados tomarem pela força o poder em 1930. “O Estado é uma realidade social, como tal ele é, ou deveria ser, o que ela determina que ele seja”¹.

O que Oliveira Vianna pretende mostrar com sua teoria é que pelo conhecimento positivo dessa realidade o Estado adquire às condições necessárias para a sua ação. Nenhum estado, assim como nenhum cidadão e nenhuma classe tem direitos contra a coletividade nacional. Não há direitos contra a Nação. E é só com a concordância de direitos desta que há legitimidade no interesse do Estado, da classe ou do cidadão.² Há no discurso de Oliveira Vianna um claro espírito corporativista.

Com a chegada da oligarquia paulista ao poder, representada pela figura de Washington Luis, as demais oligarquias enfraqueceram. As perturbações políticas cresceram cada vez mais e uma formação de grupos políticos mudou o cenário político nacional³. De um lado, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba polarizaram-se com o objetivo de atrair as atenções populares. E além do pólo cafeeiro que ocupava a presidência do país, ainda existiam dissidentes do PRRG (Partido Republicano Rio-grandense), onde Getúlio Vargas, segundo Santa Rosa, estava aliado a um “bando dos jovens turcos”⁴, formou a Frente Única Rio-grandense, sob forte indignação.

Para a sucessão presidencial, esses grupos polarizaram-se: um pólo tinha como representante o presidente Washington Luis, apoiado pelos cafeicultores paulistas, e, em outro pólo, uniram-se Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que, liderados por Antônio Carlos, lançaram à sucessão da presidência da República a candidatura de Getúlio Vargas. Esse foi o início da Aliança Liberal, que contou também com o apoio das classes médias e dos tenentes. Uma das propostas dessa aliança era a de representar os interesses das classes menos favorecidas ou que se sentiam excluídas de alguma forma pelo governo da oligarquia cafeeira. Para Virgínio Santa Rosa, a Aliança Liberal

¹ VIANNA, Oliveira, apud Nilo Odalia. In: *As formas do mesmo*. p. 149.

² ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo*. p. 153.

³ FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil republicano*. v. I. p. 393.

⁴ “Germanófilos” ou “jovens turcos” que estagiaram no Exército alemão a partir de 1908, se organizaram como “grupo de pressão” modernizador e profissionalizante e fundaram a revista *A Defesa Nacional*.

apresentou um “remanso acolhedor para todos os descontentamentos e todas as esperanças”⁵. Sua formação representou também o fim da política do café-com-leite, rompendo assim os acordos entre São Paulo e Minas Gerais, e dando oportunidade para que emergissem no cenário político nacional outros Estados como a Paraíba, o Rio Grande do Sul, etc.

Segundo Virgínio Santa Rosa, a Primeira República foi marcada pela existência de um antagonismo entre classes, a pequena burguesia, formada pelos setores médios urbanos, e a burguesia nacional, representada pelos industriais. Santa Rosa afirma que a ascensão burguesa ocorreu ainda na Primeira República e que cada vez mais ganhou espaço no cenário nacional: “A história da nossa existência republicana é, por conseguinte, o gráfico fiel da evolução da burguesia nacional (...) Essa burguesia tomou posse da terra e, através do poder latente dos latifúndios, dominou a política do país”⁶. E, segue o autor na sua conclusão em relação à classe burguesa: “Lado a lado, acompanhando a curva dessa ascensão vertiginosa, cresceu também a pequena burguesia, com o desenvolvimento das indústrias e do comércio”⁷. Através do conceito de “burguesia nacional” possivelmente entende-se melhor os anseios dessa classe que ascendeu no final da Primeira República. Ainda na visão marxista a qual Santa Rosa está vinculado, burguesia nacional seria uma

Expressão usada principalmente em países atrasados. Designa uma fração antiimperialista da classe capitalista dos países subdesenvolvidos o que faz dela implicitamente um aliado potencial da classe operária na luta antiimperialista, apoiada pela pequena burguesia e pelo campesinato⁸.

Essa definição encaixa-se com precisão ao caso brasileiro. No final da década de 1920, as correntes ideológicas e as frações da sociedade que se uniram para formar a Aliança Liberal compuseram, juntas, um quadro até então inédito no cenário nacional: em um país subdesenvolvido, onde levantes populares reclamaram durante toda a década por melhores condições sociais, uma aliança é formada por grandes e pequenos burgueses, tenentes, proletários, políticos civis e militares. Todos almejavam interesses comuns. Ou pelo menos um grande interesse comum: destituir um modelo de governo que representava exclusivamente os interesses de uma única classe social, a dos

⁵ SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*, p. 51.

⁶ Idem. p. 26.

⁷ Idem. p. 27.

oligarcas latifundiários. Analisando apenas esse eixo principal dos interesses da aliança, tudo parecia de pleno acordo. O grande problema foi perceber após outubro de 1930 que tudo apenas “parecia” estar de acordo. Um conflito interno de ideologias estouraria diante da disputa pelo poder.

Porém, se a burguesia nacional está vinculada aos países subdesenvolvidos e é uma aliada em potencial do proletariado, porque então o proletariado brasileiro não presenciou as mudanças significativas que foram propostas pelos aliancistas de 1930? Essas propostas de fato existiram? Sim. Se implantadas, atenderiam aos anseios da maioria da população que se sentia excluída? Sim. O problema, no entanto, transcendeu o simples questionamento de que se houve ou não propostas concretas de mudanças social e política. A questão é que o eixo de 1930 esteve representado pela Aliança Liberal, e, como o nome mesmo sugere, esta aliança teve origem a partir de uma junção de forças que tinham por objetivo destituir do poder o monopólio da oligarquia cafeeira. Uma vez vitoriosos, as propostas aliancistas seriam aplicadas e o poder dividido entre os membros da Revolução... Não foi exatamente isso que aconteceu. Enquanto a “aliança”, a Aliança Liberal representou bem os interesses dos grupos que a compunham. No entanto, quando os revolucionários de 1930 chegaram ao poder, os próceres da Revolução se negaram a dividir o poder igualmente, e as propostas sociais dos aliancistas, antes pensadas em comum acordo, agora já não faziam parte dos interesses de alguns (os oligarcas excluídos, por exemplo, representados pelas figuras políticas de ficaram de fora do acordo do ‘café-com-leite’). Sendo assim, começaram a aparecer as divergências ideológicas, que no fundo sempre existiram, mas que afloraram diante da disputa do poder político pós-revolução.

O Brasil de 1920-1930 enfrentou diversos protestos sociais e conturbações políticas. Manifestações populares, revoltas tenentistas... Esse cenário que já não era novidade na Primeira República, mas agravou-se ainda mais nos últimos anos desse período⁹. A restrita classe de latifundiários detentores do poder geral do país enfrentava cada dia mais protestos. Ela havia levado o Brasil à condição de país atrasado, no sentido de ser um país não industrializado e que ainda vivia basicamente de uma economia agrária, sendo este um dos motivos para tanta revolta. Segundo Santa rosa, o Brasil foi vítima da

⁸ BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista, p. 39.

⁹ FERREIRA, Jorge (Org.). Op. cit., v. I, p. 389.

Miopia partidária dos representantes dos interesses latifundiários, que procuraram levantar uma espécie de muralha chinesa entre o Brasil e o resto do mundo civilizado (...) Essa mentalidade deplorável fez com que jazêssemos longos anos em lamentável ignorância e atraso social, desconhecendo todo o magnífico movimento sindicalista e cooperativo que marca a ascensão das classes médias nos países europeus¹⁰.

As críticas em relação ao atraso econômico vivido pelo Brasil até a década de 1930 estão presentes em autores clássicos da historiografia brasileira, contemporâneos a esse período, e que registraram em suas obras as características da realidade político-social-econômica brasileira da época. Esse fato pode ser constatado não só na obra de Virgínio Santa Rosa, mas também em obras de Nelson Werneck Sodré (Formação histórica do Brasil, por exemplo) e Caio Prado Jr (Formação econômica do Brasil).

Essa “classe média” à qual Santa Rosa se refere é definida pelo marxismo como “uma espécie de pequena burguesia para designar classe ou camada social que está entre a ‘burguesia’ e a ‘classe operária’”¹¹. Sendo assim, é possível entender que a classe média desse período equivale à pequena burguesia que havia surgido no cenário nacional e lutava para consolidar seu espaço, reivindicando também direitos sociais mais amplos. Esses representantes dos interesses latifundiários fizeram do Brasil um refém de seus próprios interesses, fechando as portas do mercado à industrialização, inibindo assim o desenvolvimento desta atividade no país. Mas era as custas desse atraso econômico que eles enriqueciam e, por isso, era importante multiplicar os latifúndios e não modernizar o país. A industrialização não traria benefícios aos oligarcas, que já tinham a fonte do poder político e econômico no Brasil. Pelo contrário, ela ameaçaria seus interesses. As propostas de modernização iam de encontro à estrutura latifundiária, ou seja, iam de encontro a todo o suporte que era necessário para mantê-la (grande lotes de terras, modelo exportador, monocultura, etc). Se a industrialização ascendesse enquanto projeto econômico, conseqüentemente minaria o poder do latifúndio.

O clima político denunciava o acirramento da eleição em 1930. Ocupar o principal cargo do país era o objetivo de ambas as chapas concorrentes. Porém, o então presidente Washington Luís contava com as vantagens do cargo. De acordo com Santa Rosa, a impossibilidade de se realizar uma eleição imparcial, somada às propostas “inovadoras” da Aliança Liberal, fez com que a população visse uma possibilidade de

¹⁰ SANTA ROSA, Virgínio. Op. cit., p. 33.

¹¹ BOTTOMORE, Tom. Op. cit., p. 65.

mudar a situação política até então vigente, recusando a curvar-se novamente aos interesses dos latifundiários. Restava apenas um recurso disponível: a revolução.

Após a revolução, pouco a pouco começaram a surgir as divergências entre os grupos aliancistas. Os oligarcas estavam empenhados em conservar as velhas posições e, para isso, passaram a buscar o aniquilamento de seus companheiros de revolução (agora adversários), almejando os cargos e posições mais importantes da política brasileira. Buscaram também reduzir ao mínimo as inevitáveis conquistas revolucionárias, tentando restringi-las ao campo político, que era do interesse deles. De acordo com esses grupos oligárquicos, o novo governo deveria limitar sua administração dentro do programa de governo da Aliança Liberal, onde, a partir deste, seria elaborado um programa de governo remodelador que limitaria os princípios revolucionários¹.

Santa Rosa chamou de "liberalismo indígena" a iniciativa dos oligarcas revolucionários de limitar o programa de governo da Aliança Liberal, e, aprofundando sua análise sobre esse momento da política brasileira, constatou:

Absurdo! As revoluções não podem possuir programas. Todo movimento armado é um ato de força, fruto da violência, que surge inesperadamente na vida social (...) não pode ser anunciada previamente. Não pode se dar ao luxo de publicar programas. Ela surge das angústias e sofrimentos íntimos de uma determinada camada da nossa população e tem para consigo mesma, como obrigação imperiosa, o dever de somar essas dores e sofrimentos².

E, segue afirmando que "a transformação necessária era de natureza mais profunda e os revolucionários não conseguiram atingi-la por falta de conhecimento prévio da verdadeira realidade nacional"³

O conflito de interesses entre os revolucionários de 1930 crescia. Os novos grupos detentores do poder nacional estavam divididos entre aqueles que defendiam reformas superficiais e exclusivamente políticas (oligarcas) e reformas sociais profundas que representassem mudanças significativas para o Brasil (tenentes e classes médias). A divergência entre os membros da revolução fez com que as agremiações estaduais que estavam decaídas procurassem alianças com a vertente revolucionária que lhes fosse mais simpática para que pudessem tirar proveito do conflito. Assim, surgiu uma nova **batalha política que dessa vez implicaria, segundo Santa Rosa, numa "réplica dos elementos reacionários aos vitoriosos de 1930"** (p.70). Principalmente no sul, os

¹ FERREIA, Jorge (Org.) Op. cit. v. II. p. 16.

² Santa Rosa. Op. cit. p. 58.

³ Idem. p. 54.

J. H. F.

regionalistas dominantes estavam ansiosos para conservar a hegemonia republicana que já durava quarenta anos, e, por outro lado, temiam as tendências unitárias da centralização proposta pelos tenentes.

Depois da euforia da Revolução outubrista, instalou-se no Brasil um novo momento. A partir de então, foi necessário um norte; propostas claras e possíveis; uma ideologia bem definida, que fosse capaz de atender aos anseios nacionais. Toda essa esperança foi depositada, como já era esperado, nos próceres da Revolução de 1930. Os novos governantes do país, formuladores de uma nova plataforma de governo, deveriam fazê-la de forma totalmente diversa da primeira constituição republicana elaborada em 1891. O Clube 3 de Outubro defendia a existência e a permanência de um governo ditatorial até que as reformas sociais mais urgentes fossem feitas. Seus líderes trataram de fazer alianças com os demais revolucionários para formar uma frente de resistência séria e forte. Assim, elaboraram um programa nacional de governo que visava principalmente a questão política e social. O plano político consistia basicamente em unificar a justiça e federalizar as polícias estaduais, enquanto o social tinha como principal objetivo aniquilar as oligarquias estaduais e minar o poder da alta burguesia. Em defesa das propostas tenentistas de mudança social, Santa Rosa afirma:

(...) isso era obrigatório, quase axiomático (...) as conseqüências das transformações provenientes da infiltração das novas camadas populares e das corrosões que se haviam produzido na velha sociedade humana. Facilitavam-no a desilusão amargamente provocada pelos sonhos e utopias dos legisladores de 91, a triste existência dos nossos 40 anos de vida republicana¹⁵

Essas “novas camadas populares” cobraram seu espaço após a Revolução, levando a uma mudança no quadro social do Brasil, emergindo as classes sociais mais baixas. Além disso, o discurso tenentista evoluiu: o que começou em tom de exaltação, transformou-se em propostas claras e coerentes com o surgimento do anteprojeto político do Clube 3 de Outubro. O tenentismo teria representado uma nova fase da política brasileira, uma vez que quebrou a hegemonia das oligarquias dominantes. Causou agitação e ascendeu diante do caos, representando mudanças políticas e sociais, apesar de todo esforço dos representantes das oligarquias para

impedir a renovação social, que se aproximava a passos largos, imprevistos e fatal. E agiam [os oligarcas], logicamente, de acordo com as conveniências dos industriais e dos senhores dos latifúndios, desejando que a revolução brasileira permanecesse no terreno meramente político¹⁶

¹⁵ SANTA ROSA, Virgínio. Op. cit. p. 79.

¹⁶ Idem. p. 94.

A influência ideológica, política, social e econômica dos grupos oligárquicos era inegável, e estes faziam valer o seu poder. Esse poder que não estava restrito ao campo econômico, era justificado uma vez que a maioria da sociedade brasileira dependia, de uma maneira ou de outra, desses grupos oligárquicos. A atividade econômica que eles exerciam era o principal meio de sustento das classes mais baixas (ou pelo menos da maioria delas), já que o país vivia basicamente da produção cafeeira que, por sua vez, acabava ofuscando as outras atividades produtivas (criação de gado e comércio de seus derivados, por exemplo). Com propagandas e intrigas contra o movimento tenentista, os oligarcas conseguiram impedir o avanço dos tenentes, fazendo com que eles perdessem, pouco a pouco, o espaço que já haviam conquistado com a vitória da Revolução. Espaço este pelo qual os tenentes já brigavam desde os levantes militares da década de 1920 agora via-se ameaçado pelo poderio das oligarquias oponentes. A dissidência dentro da Aliança Liberal estava declarada, e os oligarcas aliancistas não permitiriam que os tenentes atrapalhassem os seus planos de governo. Para garantir o poder, utilizaram de vários meios:

Para alastrar a incompreensão entre as camadas populares, procurando impedir o estreitamento de laços partidários do tenentismo com as massas urbanas, os políticos não pouparam meios. Toda exploração foi pouca. A imprensa, servindo aos interesses das plutocracias, instigou a ignorância do povo, provocando a exacerbação dos preconceitos democráticos e antimilitaristas¹⁷

Para o autor, a sociedade brasileira não estava preparada para absorver as mudanças sociais propostas pelos tenentes e, por isso, o ideal fracassou. O “feudalismo achamboado”¹⁸, como denomina o autor, era originário do deficiente estágio social vivido pelo Brasil nesse período, o que acabou por impedir o salto projetado proposto pelos tenentes.

O Estado representava os interesses da classe latifundiária, o país estava voltado para um único sistema político, o sistema de produção não atendia aos interesses senão de uma única classe... Esse era o Brasil da década de 1920. Os anseios por mudanças surgiam de todas as partes e, cada dia mais. As classes médias reivindicavam maior espaço no cenário político e econômico, os tenentes exigiam mudanças significativas no sistema de governo, assim como os comunistas e os anarquistas propunham

¹⁷ Idem. p. 109.

¹⁸ Termo utilizado por Santa Rosa para explicar o atraso social e político do Brasil se comparado a países como Itália, Rússia, Turquia. *O sentido do tenentismo*, p. 106.

mudanças “revolucionárias” para o Brasil; mudanças “concretas” e não que visassem apenas a representação dos interesses burgueses.¹⁹ O país caminhava para uma nova configuração política. A crise de 1929 acelerou mais esse processo. A partir dela, os anseios populares ganharam força, pois eram necessárias mudanças para que o país saísse da crise; era necessária uma mudança política para tirar o Brasil do caos. Já não deveria mais haver espaço para os oligarcas e seu “café-com-leite”. Uma nova política viria para trazer novas perspectivas ao Brasil, dando oportunidade de ascensão a novas classes sociais, novos personagens políticos.

¹⁹ DULLES, John W. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. p. 358.

CAPITULO 2

NELSON WERNECK SODRÉ: A REVOLUÇÃO DOS TENENTES

A década de 1960 talvez possa ser considerada dentro da história republicana como tendo sido a mais marcada pela convergência revolucionária entre política, cultura, vida pública e privada, sobretudo entre a intelectualidade¹. A utopia que ganhava corações era a revolução, e não a democracia ou a cidadania, como seria anos depois. O Brasil viveu nesse período um processo de urbanização e modernização da sociedade. Era necessário modernizar-se. Por isso, colocar-se na contramão da modernidade, seria dificilmente dissociável das utopias de construção do futuro que envolviam o horizonte do socialismo. Na década de 1950, o crescimento econômico e a progressiva afirmação de um novo perfil sócio-político da sociedade brasileira impunham novas demandas à política exterior². O período abria-se com o incremento da urbanização e da industrialização, a afirmação de uma burguesia industrial, de segmentos médios urbanos, de uma jovem classe operária e de outros trabalhadores urbanos e rurais.

Devido a isso, para a Revolução de 1930, foi na década de 1960 que uma nova explicação sobre esse evento histórico veio à tona. No que diz respeito às problemáticas que envolvem 1930, o primeiro conceito a ser questionado foi o de revolução. Nos anos sessenta deram início a essa nova fase que surgiu contestando certos conceitos e, enquanto marco histórico consagrado pela historiografia até então produzida, a Revolução de 1930 virou alvo fácil para essa contestação.

Nelson Werneck Sodré, em sua obra *A História Militar do Brasil*, de 1965, explica que “A Revolução de 1930 fora largo estuário em que desaguaram componentes e afluentes diversos”³. É fundamental o estudo da obra de Nelson Werneck principalmente quando se tem uma problemática como a da Revolução de 1930. Autor clássico da historiografia brasileira, Nelson Werneck já escreveu obras importantes que contribuíram fundamentalmente para a história do Brasil. Marxista, escreveu obras onde tratou explicitamente sobre o tema – *Fundamentos da Economia Marxista* (1968), *Fundamentos do materialismo histórico* (1968). Autor também de *Razões da Independência* (1965), *Formação Histórica do Brasil* (1962), *Panorama do*

¹ Intelectualidade entendida por categoria social definida por seu papel ideológico e que engloba escritores, artistas, poetas, filósofos, pesquisadores, etc.

² FERREIRA, Jorge (Org.). Op. cit. v III. 197.

³ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*, p. 239.

Segundo Império (1939), *História da Literatura Brasileira* (1938), *Formação da sociedade brasileira* (1944), entre muitos outros, utilizar o discurso de Nelson Werneck para fundamentar um tema da história do Brasil é, com certeza, valorizar a construção dessa nova visão.

Em *A História Militar do Brasil*, o autor mostra que 1930 marcou a chegada da burguesia industrial ao poder. Segundo ele, esse triunfo foi possível graças a alguns conflitos existentes dentro das próprias oligarquias, que acabaram por dar espaço à ascensão burguesa no cenário nacional⁴. Ele chama a atenção também para o fato de políticos civis e militares e tenentes formarem uma aliança, uma vez que cada fração dessas da sociedade representava correntes diversas de opinião. Antes da Revolução o Estado era o representante dos interesses dos grandes proprietários de terras, e isso contrariava o quadro de desenvolvimento nacional onde novas forças produtivas ascendiam, dentre elas, a burguesia. O tenentismo, carta antiga no cenário nacional, já reclamava há muito o fato do Estado representar os interesses de uma classe específica (oligárquica), e já pleiteava mudanças desde o início da República, tendo significativo espaço nacional na década de 1920 com os movimentos de 1922 e 1924. A aliança entre civis e militares foi possível porque, apesar de possuírem ideologias distintas, contavam com um objetivo comum: modificar o quadro político em vigor no Brasil. Porém, Nelson Werneck destaca uma questão relevante: e após a Revolução? Com ideologias distintas, como esses grupos administraram o poder após a vitória em outubro de 1930?

De acordo com o autor:

Duas correntes extremas antagônicas se diferenciavam desde logo na massa confusa dos triunfadores. Uma, desejosa de realizar somente as reformas de natureza estritamente política; outra, mais radical, tomada de anseios renovadores, pleiteando grandes modificações internas, profundas transformações sociais. A primeira, constituída pelo poderoso bloco mineiro-gaúcho e as formações partidárias remanescentes ao triunfo revolucionário, como o Partido Democrático e as antigas oposições estaduais, era composta de elementos propriamente políticos. A segunda, procurando atender aos reclamos da pequena burguesia, em busca de um ponto de apoio para a ação reconstrutora, distinguia-se pela predominância da mocidade militar, os ex-combatentes das revoltas dos últimos anos da vida republicana⁵.

⁴ Idem. p. 243.

⁵ SODRE, Nelson Werneck. Op. cit. p.240-241.

Os projetos políticos do tenentismo visavam aniquilar as oligarquias partidárias, com o objetivo de uma maior consolidação das posições já adquiridas pela pequena burguesia. Enquanto que os demais políticos aliados a Aliança Liberal visavam, principalmente, uma disputa política onde, enfim, destituiriam a hegemonia da política do “café-com-leite”.

Um desses aliados que compunham a Aliança Liberal foi o Partido Democrático. Fundado em fevereiro de 1926, o PD reunia elementos descontentes com o longo domínio do Partido Republicano Paulista (PRP) nos governos do Estado de São Paulo e da República. Entre seus principais líderes estiveram Francisco Morato, Paulo Nogueira filho e Marrey Jr. Nos primeiros documentos emitidos em nome do PD havia a defesa de pontos-chaves como o voto secreto e a autonomia do poder judiciário. As primeiras articulações políticas do partido foram feitas com a oposição gaúcha e com elementos dissidentes do Distrito Federal. Os representantes dessas correntes chegaram a compor uma comissão organizadora para nacionalizar o PD que, caso ocorresse, passaria a ser PDN – Partido Democrático Nacional – mas que não obteve sucesso e por isso não chegou a ser criado.

Os membros do partido não mostravam grandes expectativas em relação às disputas eleitorais. Sua estréia eleitoral ocorreu nas eleições municipais de 1928, quando se aliou a elementos de esquerda e foi duramente derrotado pelos candidatos do PRP. Nas eleições presidenciais de 1930, o PD apoiou a formação da chapa da Aliança Liberal, liderada pelo gaúcho Getúlio Vargas. No entanto, como já ocorria desde o início do regime republicano, os períodos eleitorais decorriam tranquilos. Eram marcados por disputas entre grupos oligárquicos, protestos de pequenas classes sociais e fraudes eleitorais.

As sucessões presidenciais no Brasil até os anos trinta consistiam em momentos de crise, pois o aparelho do Estado, assim como a política brasileira, estava dominado pelo forte poder que exerciam os grupos oligárquicos. O processo político não dava ao cidadão o direito de intervir, limitando este direito à classe oligárquica já envolvida na política⁶. Era difícil imaginar uma mudança para esse quadro, já que o sistema político encontrava-se em vigor há muito tempo, estando cada vez mais arraigado ao poder. Isto posto, seria quase impossível desmantelá-lo pelas vias legais. A partir desse constatação, a possibilidade de um desfecho armado começou a rondar o cotidiano dos excluídos do regime de poder dos latifundiários. Concomitantemente a essa

⁶ Edgar Carone. A República Velha, p.413.

constatação, veio também a idéia de que seria necessário o apoio dos militares para garantir o sucesso desse desfecho armado.

Sendo assim, seria preparada então uma união de forças entre civis e militares. No entanto, essa aliança não representava uma simples união de classes distintas; o que os distinguia não era isso, mas sim o fato de representarem correntes diversas de opinião, de serem expressões de forças sociais diversas⁷.

Para Nelson Werneck Sodré, os tenentes tiveram uma tarefa difícil ao tentar destituir do poder os perrepistas. Apesar do apoio de boa parte das classes sociais civis, o autor não acredita que os interesses de parte desses grupos civis – componentes do PD, por exemplo – fossem os mesmos interesses almejados pelos tenentes. O ponto em comum do interesse desses grupos era apenas afastar do poder os latifundiários paulistas. Nelson Werneck afirma que, em relação à postura política do PD e do PRP, ambos

São elementos soldados pela homogeneidade de interesses (...) Do mesmo modo, os democráticos e os perrepistas desempenhavam no fundo sempre o mesmo papel de interesses dos fazendeiros de café, dos plutocratas paulistas

Em defesa da atuação dos tenentes no processo revolucionário de 1930, Nelson Werneck fundamenta e baseia seu discurso com outras obras que também compartilham de sua visão. Durante todo o texto em que o autor fala sobre o papel dos tenentes e a Revolução de 1930 no seu livro *A História Militar do Brasil* ele dialoga com diversos autores – alguns militares como ele, como é o caso de Virgílio de Melo Franco, Martins de Almeida e Virgínio Santa Rosa – mostrando a importância da participação militar em 1930.

Virgílio de Melo Franco, por exemplo, não é apenas autor de uma das obras sobre a Revolução de 1930, mas foi um agente importante que contribuiu de forma decisiva para que fosse formada uma aliança entre os oligarcas dissidentes e os tenentes, sendo um dos pensadores das articulações para o sucesso da Revolução de outubro. Mas Nelson Werneck não restringe seu texto aos diálogos militares. Ele cita também autores que observaram todo o processo político e social que ocorreu no final da década de 1920 e no início dos anos trinta e que, no caso de Alcindo Sodré na obra *A gênese da desordem*, de 1932, critica o movimento tenentista acusando-o de desordem social. Mas, ainda assim, baseando em teses como essa, Nelson Werneck fortalece seu

⁷ Nelson Werneck Sodré, Op. cit. p. 239.

argumento baseando-se na visão de Alcindo Sodr  de que a mudança política era necessária. A manuten o da oligarquia paulista no poder era insustentável. Isto posto, desordeiros ou não, os tenentes contribuíram de forma decisiva para uma mudança política indispensável   sociedade brasileira naquele período.

Para autores como Nelson Werneck e Santa Rosa, a importância do movimento tenentista para a Revolu o de 1930 não pode ser negada. Sem a força militar, a revolu o não teria saído vitoriosa. Santa Rosa define a força tenentista como sendo

(...) um componente inédito que se apresentava no plano das forças diretoras. Distinguia-os uma forte consciência de classe e uma intensa experiência revolucionária exílio. Com o advento deles as classes médias adquirida durante os anos de teriam, possivelmente, a sua primeira expressão pol tica⁹

Para Nelson Werneck o fortalecimento e o amadurecimento do movimento tenentista se deu pela passagem de três fases importantes ao longo da sua trajetória, onde

Na primeira, seus elementos operam isoladamente, seus pronunciamentos são exclusivamente militares, abrangem o pessoal militar apenas, reduzem-se aos quartéis, revestem-se do aspecto da luta armada tão somente; na Segunda, os seus elementos ligam-se a posi es políticas regionais ou locais, em particular no RS, alcançando, assim, amplitude maior, revestindo-se de aspecto diferente, vinculando-se a forças militares e de natureza partidária quase sempre; na terceira, o vínculo será com a oposi o federal, a propósito de problema de âmbito nacional, a sucessão do presidente Washington Luis, deflagrando, como coroamento, a Revolu o de 1930¹⁰

O movimento tenentista representou a renova o, a força do avanço, o rompimento entre o poder oligárquico e o aparelho militar, que passou a recusar-se a servi-lo. No entanto, sua força ideológica não surgiu especificamente para combater a política do presidente Washington Luis. A ideologia desse movimento teve sua forma o desde o início da República, com os militares radicais da década de 1890-1900, os "florianistas", que atribuíam ao Exército o sucesso da implanta o da Rep blica¹¹. Porém, o espírito tenentista que se observa nos militares de 1930 tem sua g nese nos movimentos militares da década de 1920, onde se lutou contra o regime oligárquico. O tenentismo da década de 1920 foi antiolig rquico, exigia medidas para a proibi o das reelei es, para uma educa o pública obrigatória, revisão das leis pelo

⁸ Idem. p. 237.

⁹ SANTA ROSA, Virgínio. Op. cit., p. 65.

¹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit. p. 213.

judiciário, etc. Na década de 1930 o grupo tenentista dividiu-se: um pequeno número liderado por Luis Carlos Prestes passou a defender a mudança social, baseando-se em ideais próximos aos do comunismo revolucionário; enquanto a maioria dos tenentes apoiou a dissidência oligárquica na chamada Aliança Liberal.

Os tenentes rebeldes de 1922 visavam vencer a hegemonia política de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Uma das insatisfações desse contingente era o fato de o Exército não possuir um papel político especial, que lhe colocasse como árbitro e salvaguarda do regime republicano e da própria sociedade. Esses tenentes se diziam contra os políticos que “corrompiam” as instituições republicanas e ainda “insultavam” seus guardiães, os militares. O ideário tenentista partia dessa premissa arbitrária da excepcionalidade institucional do Exército brasileiro. No entanto, enquanto corporação militar, o tenentismo deveria agir como tal, o que não aconteceu. O tenentismo era uma fração de oficiais do Exército que agia de acordo com suas concepções, contrariando muitas vezes, as normas da corporação militar. Em muitos casos, esses oficiais não contavam com o apoio de seus superiores, agindo de forma arbitrária. No livro *A Coluna Prestes: rebeldes errantes*, José Augusto Drummond relata as dificuldades que o movimento tenentista encontrava para se manifestar, fora e dentro da sua própria corporação:

O movimento tenentista enfrentou sempre a oposição ou a indiferença da maioria dos oficiais do Exército e de quase todos os da Marinha. Embora se considerasse ‘o exército’ em missão ‘salvadora’ (arbitral), o tenentismo não conseguiu mobilizar a corporação. Não resolveu a contradição básica entre assumir um papel corporativo e fracassar na mobilização corporativa¹²

Contudo, mesmo não contando com o apoio das suas lideranças militares, os tenentes incomodavam bastante o poder político civil. O tenentismo era o oposto das forças regionais, caracterizadas por serem privadas, limitadas e representarem os interesses dos latifundiários. E, sendo esse oposto, ameaçava justamente a acomodação do governo PRP. Os pontos principais do programa do Clube 3 de outubro reivindicavam um programa de classe média, igualmente distante dos extremos burgueses e proletários, cooperativas de produção e consumo, leis de salário mínimo, legislação sobre o número de horas de trabalho, etc.¹³

¹¹ SANTA ROSA, Virgíno. Op. cit., p. 162.

¹² DRUMMOND, José Augusto. *A coluna Prestes*. p. 13.

¹³ SANTA ROSA, Virgíno. Op. cit. p. 114.

A luta entre os dois componentes, o civil e o militar, não tardou a acontecer. Ela refletiu as tantas contradições que ambos os setores possuíam, mas que ficaram escondidas durante um breve período. Com a chegada do governo Washington Luís, a pequena burguesia já havia ganhado mais espaço, mas em nível federal os oligarcas ainda contavam com bastante força, fazendo exercer seu poder através do aumento do rigor às políticas de compreensão às classes médias. Essa disputa persistiu ainda durante todo esse governo, sendo amenizada somente com a Revolução outubrista de 1930. Cada vez mais era necessário desfazer a estrutura política vigente dominada pelas oligarquias estaduais para que o país crescesse e que outras classes sociais emergissem. A burguesia emergente brigava bravamente pelo seu espaço e pela destituição das oligarquias. De acordo com Nelson Werneck, essa briga simbolizou

A grande resistência da inércia contra toda tentativa de poderio e ascensão da pequena burguesia (...) as relações absorventes da propriedade cafeeira estavam travando o desenvolvimento de outras produções, enquanto a nossa máquina política estava toda calcada nessa lavoura cafeeira que vem constituindo há muitos anos uma grande potência eleitoral¹⁴.

Mas, a oligarquia paulista recebia pressão de outros lados. Além da classe burguesa, um outro grupo social, os tenentes, ganhava espaço no cenário político. Estava cada vez mais claro que, para atingir o objetivo de fazer uma revolução no Brasil e consolidá-la, seria necessário o apoio das forças armadas. Assim sendo, os tenentes, antes criticados por promoverem levantes militares de insucesso na década de 1920, agora contavam com mais prestígio e espaço político e social.

O surgimento da Aliança Liberal enquanto uma forte coligação capaz de competir com o Partido Republicano Paulista só acontece em agosto de 1929, por iniciativa dos líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, respectivamente à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930. Insatisfeitos, esses Estados resolvem unir forças para lutar contra o candidato paulista, Júlio Prestes, nas eleições de março de 1930¹⁵.

Foram intensas as negociações políticas entre as principais lideranças daqueles dois Estados desde o final do ano de 1928 até julho de 1929. No entanto, ainda em julho de 1929, em comum acordo, resolveu-se lançar oficialmente a candidatura de

¹⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 238.

¹⁵ FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930*, p. 37.

Getúlio Vargas à presidência¹⁶. Com isso, a chapa oposicionista angariou apoio de outros pequenos partidos igualmente insatisfeitos com a política do PRP. O Partido Libertador (PL), do Rio Grande do Sul, uniu-se ao Partido Republicano do Rio Grande do Sul (PRR) na Frente Única Gaúcha (FUG), dando apoio a chapa de oposição. Com isso, a oposição, para tornar sua ação mais concreta e sólida, resolveu criar em agosto de 1929 a Aliança Liberal, que era dirigida por Afonso Pena Jr. Além do apoio dos Estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, a Aliança Liberal contou também com a adesão de todas as oposições estaduais, destacando-se o Partido Democrático de São Paulo e o Partido Democrático do Distrito Federal.¹⁷

Em setembro de 1929, a Aliança Liberal oficializou em convenção a chapa Vargas-Pessoa e a sua plataforma eleitoral. Estabelecendo como essencial a reforma política do país, o programa aliancista defendia a representação popular através do voto secreto, a Justiça Eleitoral, a independência do Judiciário, a anistia para os revoltosos de 1922, 1924, 1925-1927, e a adoção de medidas econômicas protecionistas para produtos de exportação além do café. Priorizava também medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria, a aplicação da lei de férias e a regulamentação do trabalho do menor e da mulher¹⁸.

Ainda em 1929, uma corrente mais radical da Aliança Liberal, formada por políticos jovens como João Neves, Oswaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, passou a estudar a hipótese de desencadear um movimento armado em caso de derrota nas urnas. Para reforçar o possível sucesso do movimento, buscaram a colaboração dos tenentes, levando em conta seu passado revolucionário e seu prestígio no interior do Exército. Mas as negociações não foram tão simples. Devido as desconfianças recíprocas, um acordo entre as partes era difícil de ser fechado. Uma das grandes dificuldades estava no fato de comporem a Aliança Liberal alguns dos principais inimigos dos tenentes: Artur Bernardes, Epiácio Pessoa e João Pessoa.

Apesar de todas as articulações em prol da revolução, a força do espírito revolucionário só veio à tona após a derrota sofrida pelos aliancistas nas eleições presidenciais de março de 1930. Unindo-se a esta derrota veio o assassinato do candidato a vice-presidente pela chapa aliancista, o então governador da Paraíba, João Pessoa. Os oligarcas mineiros e gaúchos viram nesse último episódio a possibilidade de uma reviravolta política. A possibilidade de uma Revolução armada surgia novamente.

¹⁶ CARONE, Edgar. Op. cit. v. II. p. 421.

¹⁷ Idem. p. 423.

Mas, para que isso fosse possível, a presença da força militar, representada pelos tenentes, seria fundamental.¹⁹ A partir disso, os tenentes, anteriormente criticados por esses mesmos grupos devido os levantes militares de 1922 e 1924, contam agora com a simpatia dos mesmos; simpatia esta nada desinteressada, pois era necessário unir forças para conseguir destituir do poder os paulistas.

Críticas à parte, ideologicamente falando, os oligarcas dissidentes tinham propostas em comum às propostas defendidas pelo movimento tenentista. O voto secreto, a probidade administrativa, moralidade política, etc. eram algumas das propostas comuns. Comuns, porém não inéditas, pois algumas dessas propostas já vinham sendo reivindicadas desde o final do Império, apesar de só terem ganhado notoriedade e dinamismo com a formação das ligas burguesas.

Depois de tantos desencontros políticos e ideológicos, fora e entre os grupos oposicionistas, acertou-se que a revolução teria início do dia 3 de outubro de 1930. O governo paulista, mesmo a par das articulações revolucionárias, não deu importância a data estipulada, assim como a maioria da população brasileira que já não acreditava mais no sucesso dos grupos revolucionários. Contrariando tais expectativas, o Rio Grande do Sul no dia 3 de outubro de 1930, às 17:30, deu início ao levante revolucionário, contando com o apoio de outros Estados do país. O plano da Revolução era avançar em cada Estado com o objetivo de afastar do poder os governantes que fossem contra os ideais aliancistas²⁰. A ambição dos revolucionários incluía apoderar-se do poder no Estado de São Paulo, sede da oligarquia cafeeira, mas onde, juntamente com o Estado do Rio de Janeiro, os revolucionários enfrentaram as maiores resistências. Em 24 de outubro o Palácio do Catete foi cercado e o presidente Washington Luis considerado prisioneiro. O presidente recebeu um ultimato. Os generais à frente do cerco lhes dão a oportunidade de renunciar ao cargo sob pena de ser dele deposto. Em carta, os generais expressaram:

Os generais proclamam que a não brasileira anseia pela paz; os governos têm sido incapazes de agir com isenção: a substituição deste estado anterior é ato necessário de força, natural era que a Força Armada permanente fosse a voz a traduzir essa vontade nacional: o presidente da República foi instalado, em nome dos brasileiros livres, a deixar o poder, o pouquíssimo poder que de fato

¹⁸ Manifesto da Aliança Liberal. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1996.

¹⁹ CARONE, Edgar. Op. cit. p. 437.

²⁰ Idem. p. 440.

ainda lhe restava, e confiar a pacificação aos generais de terra e mar²¹

Um outro grupo que contribuiu para o processo revolucionário de 1930 foi o comunista. Embora tenha começado a ingressar no universo revolucionário desse evento aos poucos, de forma até tímida, os comunistas, liderados pela figura de Luis Carlos Prestes, acabaram contribuindo como força de mais um grupo social que compunha a oposição à política do PRP. Embora contrários a alguns grupos que compunham a Aliança Liberal – os oligarcas dissidentes dos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul – os comunistas eram a favor de uma revolução brasileira, só não concordavam e questionavam os objetivos e interesses de alguns grupos aliancistas em promoverem uma revolução para destituir do poder o governo paulista.

Quando foram definidas em 1929 as chapas que concorreriam à eleição para a Presidência da República em março de 1930, Prestes já não demonstrava tanta antipatia aos ideais revolucionários. Na verdade, o líder comunista não acreditava na proposta de revolução da Aliança Liberal por saber que a maioria de seus líderes (oligarcas dissidentes) anos antes haviam estado ao lado da oligarquia cafeeira e da sua política de exclusão. Assim sendo, Prestes não acredita que mudanças pudessem vir caso o governo aliancista fosse concretizado²². Esses oligarcas que agora eram chamados de dissidentes não mereciam confiança, segundo Prestes, pois nada garantia que, caso assumissem o poder, não adotariam a mesma política do governo Washington Luis. Para Luis Carlos Prestes, a revolução era sim necessária, mas precisava ser feita por grupos sociais que não estivessem “contaminados” com os ideais e interesses oligárquicos. Em um manifesto dirigido à nação Prestes declarou em relação as eleições de março de 1930 e sobre um possível momento revolucionário brasileiro:

Despidas de quaisquer veleidades retóricas, foram elas escritas com o objetivo principal de esclarecer e precisar a minha opinião a respeito do momento revolucionário brasileiro, e mostrar a necessidade de uma completa modificação na orientação política que temos seguido a fim de podermos lançar a vitória almejada (...) Mais uma vez os verdadeiros interesses populares foram sacrificados vilmente mistificado todo o povo, por uma campanha aparentemente democrática, mas que no fundo não era mais do que a luta entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas, apoiadas e estimuladas pelos dois grandes imperialismos que nos escravizam, e aos quais os politiquieiros brasileiros entregam, de pés e mãos atados, toda a nação (...) Fazendo tais afirmações, não posso deixar de reconhecer entre os elementos da Aliança Liberal grande número de

²¹ Idem. p. 437.

²² DULLES, John W. Op. cit. p. 315.

revolucionários sinceros, com os quais creio poder continuar a contar na luta franca e decidida que ora proponho a todos os opressores (...) A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável e outras panacéias, nada resolvem, nem podem de maneira alguma interessar à grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá de uma simples luta entre as oligarquias dominantes²³

A antipatia dos comunistas pelos grupos políticos oligárquicos não teve origem na Revolução de 1930. O café-com-leite²⁴ que durante anos deu, ora a Minas Gerais, ora a São Paulo, o domínio da política nacional, já era causa de discursos ferozes e indignados, de levantes militares e civis, de conspirações comunistas, desde o início da República Velha. No entanto, os ânimos se exaltaram cada vez mais no fim da década de 1920. Os comunistas criticavam os partidos políticos paulistas que disputavam as eleições estaduais e municipais de 1928. Para eles, esses partidos, fossem republicanos ou democráticos, visavam apenas à representação dos interesses burgueses²⁵. Os comunistas queriam a participação da classe operária na política brasileira para que pudessem eles próprios reivindicar seus direitos e uma mudança que fizesse uma nova política social que não estivesse voltada apenas para os interesses da alta burguesia paulista e dos oligarcas. Um jornal de circulação da época, "O Internacional", observou que, para a intervenção operária na política surtisse algum efeito, seria necessário que a ação dos representantes da classe estivesse "de acordo e subordinada à direção do BOC e da vanguarda proletária consciente"²⁶. Outros periódicos como "A classe operária", também ajudaram a fortalecer a presença da classe operária e dos comunistas. Porém, não era tão simples mantê-los em circulação já que a repressão promovida pelo governo Washington Luís estava cada vez mais atuante.

Assim, os anos finais da década de 1920 tornaram-se cada vez mais tensos. À medida em que os anseios da população crescia, aumentava também o autoritarismo do governo caféieiro. Luís Carlos Prestes, figura de destaque do Partido Comunista Brasileiro, analisou a situação política brasileira nesse período como sendo a de "uma

²³ Ver em anexo o Manifesto de Luís Carlos Prestes dirigido à nação brasileira. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1996.

²⁴ Acordo oligárquico estabelecido entre os governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais que garantia o revezamento de candidatos desses Estados no poder central. A política ficou conhecida como "café-com-leite" por São Paulo ser o maior produtor de café do país e Minas Gerais um grande produtor de leite. In: FERREIRA, Jorge (Org.). Op. cit., v.I. p. 89.

²⁵ DULLES, John W. Op. cit., p. 350.

²⁶ Idem. Op. cit. p. 291.

máquina opressora fortemente instalada e, assim sendo, acreditava ele que “a guerra civil seria o único meio de solucionar os problemas”²⁷. Prestes falava ainda da necessidade de uma frente única de oposição para enfrentar a pressão das classes dominantes em todo o território nacional. Para ele, a revolução popular era inevitável e estava sendo estimulada tanto pelos erros do processo político, quanto da orientação econômica. Isto posto, ele afirma que

Se os militares revolucionários da década de 1920 até o momento haviam aberto e apontado o caminho das sublevações regeneradoras, hoje, compete ao povo concluir esta obra e livrar-se do organismo parasitário implantado no Brasil pela política das oligarquias²⁸.

Assim, o passo mais importante a ser dado seria o de derrubar o regime político que imperava no Brasil. As modificações profundas, revolucionárias, seriam operadas de acordo com as necessidades específicas do meio brasileiro.

Para as eleições presidenciais de 1930 o PCB não demonstrou simpatia por nenhuma das chapas concorrentes. No entanto, Leônidas Resende, um “herói comunista”, deu seu apoio a Getúlio Vargas. O PCB resolveu lançar um candidato próprio à presidência, argumentando que não acreditava na Aliança Liberal e em seu candidato Getúlio Vargas. Para o Partido Comunista, a libertação das massas proletárias e pequeno-burguesas só viria as custas de um programa social que incluísse pontos essenciais como:

O confisco sem indenizações das terras dos grandes proprietários do campo, para entrega dessas terras aos camponeses pobres; e a luta feroz contra o imperialismo internacional²⁹

Apesar das inúmeras críticas feitas pelos comunistas aos concorrentes antes da eleição presidencial de 1930, acusando-os de apenas representarem seus próprios interesses, a Aliança Liberal surpreendeu ao lançar um programa de governo com propostas voltadas para o plano social. O programa continha propostas de melhoria da qualidade de vida das classes menos abastardas e a aquisição de muitos direitos trabalhistas para os operários³⁰. Ao lançar as propostas aliancista, Vargas proferiu um discurso afirmando que:

²⁷ Idem.. Op. cit. p. 317.

²⁸ DULLES, John W. Op. cit. p. 318.

²⁹ Idem. p. 331.

³⁰ Ver em anexo o Manifesto da Aliança Liberal. Op. cit.

Se o nosso protecionismo contempla os industriais, em proveito da riqueza privada, temos também o dever de acudir ao proletariado com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade, e o amparem tanto na doença quanto na velhice. As atividades das mulheres e dos menores, nas fábricas e estabelecimentos comerciais em todas as nações cultas está subordinada a condições especiais, que entre nós, até agora, infelizmente, se desconhecem³¹

As medidas que assegurariam o proletariado viriam através de um código de trabalho que traria consigo leis relativas ao salário mínimo, férias, seguro social, etc. Além disso, medidas cautelares seriam tomadas e o proletariado também teria direito a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação, crédito, etc.³²

As propostas aliancistas não paravam por aí. Elas propunham ainda mudanças no sistema judiciário e no sistema de ensino. Oferecia também anistia aos revolucionários de 1922-1926, revogava as leis que reprimiam a liberdade de expressão e fortalecia as garantias individuais. Além disso, contava também com um projeto de desenvolvimento econômico coordenado em todo o país.

O episódio revolucionário expressou a necessidade de reajustar a estrutura econômica do país, cujo funcionamento, voltado essencialmente para o mercado de exportação, tornava-se cada vez mais precário. A oposição à oligarquia cafeeira não surgiu de um setor industrial, supostamente interessado em expandir o mercado interno³³. A oligarquia do café esteve ao longo da Primeira República como única classe nacional, no sentido de que só ela reunia condições para articular a estrutura política e econômica do país, na medida de seus interesses. No entanto, esse espírito anti-oligárquico existe devido ao “fantasma da oligarquia” uma vez que oligarquia é uma construção ideológica de diversos setores da classe dominante³⁴.

Sendo assim, era difícil emergir alguma classe social com força suficiente para enfrentar o poderio cafeeiro. E, para afastar do poder os latifundiários, não necessariamente teria que surgir uma classe industrial forte no país. Os interesses agrários e industriais têm seu ponto de intercessão. São sistemas de produção distintos, mas podem se complementar. A questão é que não era de interesse da oligarquia do café dividir seu espaço no cenário nacional com uma outra classe. Seu monopólio deveria permanecer intacto. Mas no que diz respeito ao fim da Primeira República, o sistema político e econômico já estava desgastado e não atendia mais as necessidades

³¹ DULLES, John W. Op. cit. p. 336

³² Ver em anexo o Manifesto da Aliança Liberal. Op. cit.

³³ FAUSTO, Bóris. Op. cit., p. 41.

³⁴ TRONCA, Ítalo. *A Revolução de 1930*, p. 63.

da população e nem do país, diante do cenário internacional que já era de desenvolvimento econômico. Esse foi um fator de peso para destituir do poder nacional os oligarcas paulistas.

A participação das classes médias no conturbado cenário político-social de 1930 foi fundamental para que chegasse à Revolução. A insatisfação dessas classes com as oligarquias agrárias durante a República Velha, contribuiu para pressionar a remoção dessas oligarquias do poder³⁵. Dentro desse clima de insatisfação, os tenentes deram início a levantes armados, dos quais o primeiro deles foi a Revolta do Forte de Copacabana, em 1922, sucedendo-lhe a chamada Revolução de São Paulo, em 1924, que culminou na formação da coluna Prestes-Miguel Costa (1924-1927). As reivindicações das classes médias eram baseadas em ideais liberal-democráticos que garantissem às mesmas direitos como o voto secreto e algumas reformas sociais³⁶. Esses setores médios da sociedade se constituíam num importante ponto de apoio na luta contra os interesses agrários, representados principalmente pelo café.

No que diz respeito à vertente que defende 1930 como sendo resultado de divergências entre os latifundiários e os industriais, o autor mostra que a burguesia industrial não oferecia qualquer programa voltado para o desenvolvimento da industrialização como alternativa a um sistema cujo eixo principal era o cafeeiro. No processo de ascensão ao poder, os representantes mais ilustres da burguesia industrial apoiaram a candidatura de Julio Prestes ao poder, colocando-se assim contra o movimento revolucionário do período, o que contradiz a teoria de que os industriais apoiaram os revolucionários de 1930³⁷. Os industriais paulistas apoiaram o então governo, embora tivessem mostrado simpatia pelos revolucionários após vitoriosa a Revolução de 1930. O que importava para o grupo dos industriais era o apoio e o incentivo dados pelo governo nacional, seja ele qual fosse. Essa vertente pode ser explicada a partir de uma leitura sobre a história do Brasil, surgida entre as décadas de 1960/1970, que estava presa à seqüência “escravismo-feudalismo-capitalismo-socialismo”, e que tinha claras implicações políticas, pois objetivava dar suporte à esquerda³⁸.

Essa interpretação desfrutou de prestígio num período em que as revoluções contemporâneas eram o centro das atenções e, por isso, sendo transpostas para o Brasil no momento revolucionário, nesse caso representado por 1930, no modelo a revolução

³⁵ Idem. p. 71.

³⁶ DRUMMOND, José Augusto. Op. cit., p. 12.

³⁷ FAUSTO, Bóris. Op. cit. p. 25.

burguesa, conduzida pela burguesia industrial ou pela classe média, muitas vezes confundidas como sendo o mesmo segmento social. A revolução deve ser entendida como resultado de conflitos intra-oligárquicos, que foram fortalecidos pelos movimentos militares dissidentes, representados pelo movimento tenentista, que objetivavam golpear a hegemonia dos oligarcas cafeeiros³⁹.

Apesar dos conflitos contra a política do PRP terem se intensificado após 1928, eles já existiam desde o início da República. De 1889 até 1926 os conflitos e cisões dos grupos paulistas giravam em torno de um único partido, o PRP.⁴⁰ Porém, o jornal *O Estado de São Paulo* que tinha como um dos objetivos fazer oposição aos perrepistas, denunciava o monopólio de interesses políticos exercido pelos próceres do partido, na tentativa de minar o poderio ideológico e político deste⁴¹. A partir dessa iniciativa de oposição, outros grupos considerados dissidentes congregaram-se em torno de um programa de reformas de “moralização” eleitoral. Para isso, criaram em 1926 o Partido Democrático que tinha como um dos objetivos propor reformas no sistema eleitoral que restringissem a manipulação de votos feita pelos coronéis (voto secreto, verificação dos resultados das eleições, etc.) e manter a ausência de representação política das classes operária, para que esta permanecesse em segundo plano no cenário político nacional.

Mas, apesar de fazer oposição ao regime cafeeiro, o fato é que, caso assumisse o poder, quem garantiria que os representantes do Partido Democrático também não representariam apenas os seus próprios interesses? Afinal de contas, parte dos membros que compunham o partido era de dissidentes do PRP, insatisfeitos com a política paulista. O que se pode observar diante desse cenário de disputa de poder é que há uma crise oligárquica, ou seja, dentro do que deveria ter sido uma supremacia política dos cafeicultores paulistas, houve divergências que levaram as dissidências dentro do Partido Republicano Paulista.

No livro *Intelectuais à brasileira*, Sergio Miceli, ao analisar a situação dos intelectuais e da política brasileira na década de 1920, faz um diagnóstico interessante no que diz respeito a até onde iam os interesses do Partido Democrático e outros que também surgiram para fazer oposição ao PRP. As críticas desses grupos opositores significaram novas propostas políticas e sociais para o Brasil ou seriam apenas **interesses não atendidos de grupos excluídos da política cafeeira?**

Segundo o autor:

³⁸ Idem. p. 12.

³⁹ Idem. p. 16.

⁴⁰ CARONE, Edgar. Op. cit. p. 441.

Embora se possa alegar que a composição social quase idêntica nas hostes do situacionismo e das dissidências impediria a formação de grupos de pressão com interesses específicos, penso que a Liga Nacionalista, a consolidação da facção Mesquita [responsável pelo O Estado de S. Paulo] e, por fim, a oposição democrática constituem passos de um mesmo processo de diversificação de interesses por força da posição que tais frações ocupam no espaço da classe dirigente e do tipo de contribuição que trazem à divisão do trabalho de dominação. O empenho com que as diversas facções buscavam domar as iniciativas da Liga Nacionalista e auferir os dividendos que rendiam suas campanhas traduz o embate entre programas distintos de ação política em face da crise de poder com que se defrontava o regime oligárquico. Em outros termos, tais programas visualizavam estratégias diferentes no tocante ao perfil das alianças de classe que melhor conviriam à 'salvação', ou melhor, ao remanejamento do pacto oligárquico⁴²

Toda a discussão que norteou os discursos sobre a Revolução de 1930 até a década de 1970 esteve restrita a especulações como: uma revolução burguesa; revolução de classes médias; conflitos intra-oligárquicos, etc. Sem tirar a validade dessas discussões, pois se constituíram em obras clássicas da historiografia, no entanto, essa mesma historiografia se deparou a partir de 1970 (principalmente na década de 1980) com mudanças significativas na forma de se ler e de se analisar a revolução ocorrida em outubro de 1930. Essas novas idéias serão discutidas no capítulo a seguir.

⁴¹ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*, p. 95.

⁴² MICELI, Sérgio. Op. cit. p. 92.

CAPITULO 3 A DESCONSTRUÇÃO DA REVOLUÇÃO

A década de 1980, caracterizada pela abertura política (uma vez que o regime militar, implantado no país em 1964 já estava no seu fim) e pela transição para o regime democrático, pode ser considerada um período de ressurgimento, mobilização e ascensão do movimento dos trabalhadores, reintroduzindo este importante ator no cenário político nacional. Forças sociais, étnicas e geracionais ganharam espaço e respeitabilidade após a década de 1970. Uma nova forma de se ver a história foi proposta, buscando resgatar os suspeitos excluídos e suas histórias perdidas⁴³. O movimento feminista, as contestações da ordem discursiva até então proposta, a ruptura do pensamento histórico com autores como Michel Foucault que começam a apontar os defeitos de uma narrativa histórica que, na ânsia de construir a síntese totalizadora pregada pelo marxismo, ignorava as descontinuidades e descartava o imprevisível, pois não sabia lidar com as diferenças e com o acaso. A década de 1980 herda muitas das transformações ocorridas em setenta. Sob o ponto de vista epistemológico, dentro do conhecimento histórico, uma dessas principais heranças é a convicção de que o documento não é mais o reflexo do acontecimento; ele é como um outro acontecimento, isto é, “uma materialidade construída por camadas sedimentadas de interpretação”⁴⁴.

Na década de 1980, novas visões surgiram para revolucionar a interpretação sobre a Revolução de 1930. Rompendo com os ideais marxistas de análise e interpretação e que até então ainda se mantinham presentes de forma significativa na historiografia, duas obras de grande destaque se propuseram a uma nova leitura: *O silêncio dos vencidos*, de Edgar de Decca, 1981, e *A teia do fato*⁴⁵, de Carlos Alberto Vesentini. A partir delas, novas questões surgiram e conceitos como “memória histórica”, “memória coletiva” vieram à tona para questionar um fato histórico que parecia estar fechado a novas interpretações. Essa releitura teve por objetivo a desqualificação de 1930 enquanto marco revolucionário e, tanto *O silêncio dos vencidos* quanto *A teia do fato*, se complementam no que diz respeito a essas novas abordagens.

⁴³ JENKINS, Keith. *A história repensada*. p. 10.

⁴⁴ Idem. p. 11.

⁴⁵ Este livro foi originariamente tese de doutoramento apresentada em 1982 por Carlos Vesentini ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.

De Decca é um dos autores clássicos não só na historiografia sobre 1930, mas na historiografia brasileira. Além da sua obra chave sobre a Revolução de 1930, é autor também de *O Nascimento das Fábricas, Fábricas e Homens, Pelas Margens*, que englobam outros aspectos da história do Brasil. No entanto, neste trabalho todas as atenções estarão voltadas para o célebre *O silêncio dos vencidos*, onde a nova abordagem do autor permitiu uma leitura até então nunca feita sobre o evento histórico de Trinta.

De Decca trata de analisar os modelos de revolução que vigoraram entre os anos sessenta e setenta, e que acabaram influenciando a maioria dos trabalhos produzidos nesse período. Segundo ele, a busca pelo sentido profundo da Revolução de 1930 levou a se encontrar o modelo mais adequado de revolução que fosse capaz de interpretar esse fato histórico. A força da memória histórica que acompanha a Revolução de 1930, suas imagens e representações consistem na principal dificuldade do historiador em saber desvencilhar uma memória que foi construída às custas de uma dominação política, ou não. No caso específico da Revolução outubrista, a memória histórica sofreu forte influência não só dos agentes políticos vitoriosos da revolução, como também das utopias revolucionárias dos anos sessenta. Segundo o autor,

Esta dimensão altamente simbólica produzida pelo discurso político em seu exercício de dominação, refez a história a partir de suas próprias referências, instituindo no campo da memória coletiva marcas profundas⁴⁶

Para De Decca, no que diz respeito a memória da Revolução de 1930, estão presentes também “as representações do pensamento político revolucionário dos anos sessenta”⁴⁷. A importância da produção bibliográfica da década de 1960 está principalmente no fato de que foi a partir dela que se começou a questionar os conceitos de revolução e de revolta. O que estava em jogo era a compreensão da dinâmica entre “revolta” e “revolução”, isto é, em que medida a teoria revolucionária poderia se plasmar com a ação dos rebeldes. De Decca cita em seu livro como exemplo a Revolução Cubana que contribuiu também para uma nova avaliação do conceito de revolução que acabou por afetar a historiografia brasileira no que diz respeito à Revolução de 1930.

As primeiras obras sobre a revolução outubrista foram produzidas ainda na década de 1930 e por autores considerados “marxistas” – *O sentido do tenentismo, de*

⁴⁶ DE DECCA, Edgar. *O silêncio dos Vencidos*, p. 18.

Virgínio Santa Rosa e A gênese da desordem, de Alcindo Sodrê. Apesar de não estar restrita à década de 1930, uma vez que se pode deixar de citar a obra de Nelson Werneck Sodrê, *A história militar do Brasil*, abordada em páginas anteriores deste texto, a visão marxista sobre “revolução” sofreu um abalo após a Revolução Cubana, pois esta mesma propunha que se fosse questionado o conceito marxista de revolução burguesa⁴⁸. De Decca explica o impacto da Revolução cubana para a historiografia que havia sido produzida até a década de 1960 e como a produção pós-1960 foi afetada:

Durante esse período, os maiores impactos no interior do debate revolucionário foram propiciados pelas profecções imagéticas originárias da revolução cubana. Num espectro marxista dominado pelos modelos interpretativos calcados na ortodoxia dos Partidos Comunistas, a revolução cubana acabou por exigir uma reinterpretação teórica das possibilidades revolucionárias em países então denominados terceiro-mundistas. Estas novas referências de revolução abateram de forma decisiva os tradicionais modelos marxistas da revolução burguesa e foram colocados em jogo novas perspectivas e outras formas de ação política⁴⁹

Além do questionamento do conceito de revolução, um outro fator também é de grande importância no que diz respeito a Revolução de 1930: a memória histórica. Memória histórica não é sinônimo do que foi, ou seja, do que aconteceu; ela significa a reconstrução do fato.⁵⁰ Dentro dessa memória histórica existem também a “memória individual” e a “memória coletiva”. No específico da Revolução de 1930, sua memória é considerada tanto por De Decca quanto por Vesentini uma memória individual porque foi construída por um grupo de vencedores. No entanto há uma ressalva: ambos os autores citados afirmam que 1930 é um exemplo de memória individual que foi transformada em memória coletiva. Como já foi dito antes, é uma memória individual por ter sido produzida pelo grupo de vencedores da revolução. No entanto, a Revolução de 1930 tornou-se uma memória coletiva, ou seja, uma memória aceita enquanto verdade pela historiografia e pela sociedade.

Talvez isso esteja vinculado ao que Foucault, um autor de forte influência no Brasil na década de 1980, chamou de “discurso verdadeiro”. Para ele, a relação “verdadeiro/falso” está num ritual, sendo o verdadeiro o discurso que provém de alguém capaz de conferir esse status ao discurso.⁵¹ No caso dos primeiros discursos

⁴⁷ Idem. p. 18.

⁴⁸ DE DECCA, Edgar. Op. cit., p. 21.

⁴⁹ Idem. p. 20-21.

⁵⁰ VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. p. 18.

⁵¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. p. 14-15.

produzidos sobre 1930, como eles foram feitos pelos vencedores da revolução, que naquele momento gozavam de prestígio político e social, essas pessoas contavam com o “verdadeiro discurso”, isto é, com o status necessário para fazer o seu discurso se legitimar.

Em torno deste tema estão todas as interpretações que tomaram a memória histórica dos vencedores como um fato histórico e não como uma das versões possíveis do processo histórico. Essas mesmas interpretações não se deram conta de como o discurso do poder se apropriou da linguagem revolucionária, anunciando o lugar da revolução na história e fazendo do Estado o único representante legítimo dos ideais nacionais. Para Edgar De Decca, é visível a apropriação do discurso dos vencedores em relação a revolução de 1930. A própria representação do tenentismo, segundo ele, foi utilizada na busca da legitimação do poder dos revolucionários. Havia todo um jogo de interesses que buscavam legitimar o poder adquirido a partir de outubro de 1930. De Decca considera o tenentismo uma “invenção” dos próceres da revolução na tentativa de buscar essa legitimação, e afirma categoricamente isso dizendo:

Inventar o tenentismo durante a década de trinta tornou-se a estratégia mais apropriada para descaracterizar o campo das propostas políticas que pregavam a luta revolucionária, conseguindo-se com isso desautorizar os agentes sociais que não se afinavam com o discurso da revolução produzido pelo poder estatal⁵²

O descuido da historiografia brasileira em não se propor a fazer uma crítica cuidadosa aos discursos referentes a Revolução de 1930 fez com que a visão da revolução imposta pelos vencedores se concretizasse e permanecesse por décadas na história brasileira, até que, a partir da década de 1980, surgiram trabalhos que contestaram essa visão. Teria isso a Revolução de 1930 uma “invenção da tradição”? Entende-se por tradição inventada um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição.⁵³ As tradições inventadas, na medida que fazem referência a um passado histórico, caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial; elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória.⁵⁴

⁵² Idem. p. 25.

⁵³ ROBSBAWM, Erick. A invenção das tradições. p. 09.

⁵⁴ Idem. p. 10.

Mas De Decca pode ter chegado às suas conclusões sobre a invenção de alguns discursos sobre 1930 baseando também nos procedimentos que ditam a ordem do discurso. Se for levado em consideração um dos métodos dos discurso estudados por Michel Foucault em *A ordem do discurso*, 1971, a “exterioridade”, onde se entende que as condições externas é que possibilitam o discurso e que por isso não deve-se buscá-lo no núcleo discursivo⁵⁵, será possível perceber que, no caso produzidos sobre 1930 anteriores a década de 1970, foram influenciados diretamente pelas condições externas que viviam no período os seus autores. Além disso, um outro método importante para o discurso, a “regularidade”, também se apresenta importante no que diz respeito a Revolução de 1930 pois traz consigo as condições de possibilidade do discurso, ou seja, o que contexto que possibilitou a perpetuação desse discurso. As idéias apresentadas por Foucault nesse livro se aplicam bem em relação a crítica feita por De Decca e Vesentini à historiografia de Trinta. Quando se fala na construção de uma memória histórica de um fato e na sua perpetuação durante décadas, sem ser contestada, é possível entender que, através de algumas regras do discurso apresentadas por Foucault isto de fato é possível. O que Foucault chama de “vontade de verdade” pode ser aplicado justamente no caso da historiografia pós-Trinta. As primeiras obras produzidas sobre esse evento tinham uma “vontade de verdade”⁵⁶, ou seja, necessitavam tornar legítima a revolução para validar o poder alcançado através dela. Foucault associa a “vontade de verdade” como sendo algo que é resultado de uma vontade de poder, que faz parte de um sistema de exclusão do discurso, pois gera um campo de domínio que exclui os campos restantes do discurso, passando a ser falsidade⁵⁷. Assim, ao se analisar um discurso deve-se perguntar qual a “vontade de verdade” e o desejo de poder de quem escreve. Quais as relações de poder que estão em jogo.

No que diz respeito à classe trabalhadora, a qual De Decca se refere em *O silêncio dos vencidos* como “proletários”, ela foi “vítima” de uma luta de classes pelo poder que acabou por asfixiar os interesses da classe trabalhadora. O poder do discurso elaborado pelos vencedores de 1930 era forte. Foi capaz de legitimar o poder dos próceres da revolução e de manipular o papel político de alguns dos agentes aliancistas, como a classe trabalhadora e o tenentismo. Esse discurso periodizou a história, definindo a forma como ela deveria ser lida. Escreveu a história com um passado

⁵⁵ FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 53.

⁵⁶ Idem. p. 19.

⁵⁷ Idem. p.20.

marcado pelo domínio das oligarquias e um presente como uma revolução vitoriosa e libertadora.

A revolução é apresentada nesse discurso como sendo unitária, é aí que consiste a lógica do exercício de dominação. Enquanto revolução, 1930 pode ou não assim ser considerado dependendo do que se entende enquanto revolução. No entanto, não se pode dizer que 1930, revolução ou não, representou algum processo político “unitário”. Para cada um dos grupos opositores participantes de trinta, havia um conceito de revolução. Cada um dos grupos almejava um tipo de revolução e, assim sendo, eles não podem representar um processo “unitário”. O ponto comum entre os grupos era o desejo de destituir do poder a oligarquia cafeeira, o que não faz deles um bloco unitário. A ocorrência de uma revolução em 1930 é justamente onde se fundamenta o discurso que ao mesmo tempo que refaz a história memorizando-a, faz também, a política sob a ótica do poder. A necessidade de se fazer de 1930 uma revolução vem do processo de legitimação do poder dos revolucionários. Para De Decca, isso se explica através

Do caráter estratégico dessa categoria no nível do discurso do poder, como elemento capaz de ocultar a própria dimensão histórica do conflito de classes, o termo revolução apresenta uma estratégia de dominação para apagar outras propostas políticas que se expressaram no interior da luta de classes. Em outras palavras, se o movimento de memorização faz parte da própria ‘práxis social’, isto é, faz parte do aparecer das classes sociais e do exercício efetivo de dominação que oculta a divisão social, então no período em torno de trinta, a memória histórica do vencedor da luta política não poderia ter prescindido da categoria de revolução para alcançar sua legitimação no confronto social – e daí a idéia de revolução⁵⁸

A memória produzida pelos vencedores da Revolução de 1930 ocultou o percurso das classes sociais em conflito não apenas anulando a existência de determinados agentes, mas, principalmente, definindo o lugar da história para todos os agentes sociais. As primeiras agitações contra o governo Washington Luis e que desencadeariam a Revolução em 1930 teriam começado em 1928, segundo De Decca. Em São Paulo, três propostas políticas de revolução partiram de agrupamentos políticos distintos: o PD, os tenentes e o BOC. O BOC, apesar de reconhecer indícios revolucionários já em 1928, reconhece também que a luta nesse período esteve dirigida unicamente contra a oligarquia que estava no poder (cafeeira) e tudo aquilo que ela representava, o feudalismo e o grande capital estrangeiro⁵⁹.

⁵⁸ DE DECCA, Edgar. Op. cit. p. 74-75.

⁵⁹ TRONCA, Ítalo. Op. cit. p. 63

Para cada um desses grupos, o intuito revolucionário possuía propostas distintas, embora todos eles se posicionassem contra o Partido Republicano Paulista. Havia então lugares diferentes definidos pelo termo revolução e a possibilidade de surgir um acordo entre essas variadas propostas, já que possuíam um ponto em comum: o desejo de uma revolução que destituisse do poder o PRP. Dessa forma, o PRP ficaria de fora já que este era o inimigo comum dos outros grupos políticos e, em seguida, viria uma polarização desses grupos sob a liderança de Luis Carlos Prestes. O termo revolução estava presente entre as várias propostas políticas do período, inclusive as propostas do próprio PRP. Sim, porque os perrepistas não se diferenciavam dos demais grupos por não possuírem propostas revolucionárias. Eles se diferenciavam porque representavam o inimigo comum dos demais grupos: o fantasma da oligarquia.

Uma leitura está presente em todo o processo histórico da década de 1920: tenentes x oligarquia. Essa oposição está contida na memória histórica da Revolução de 1930, uma vez que a historiografia brasileira aceitou a memória histórica da revolução e definiu os agentes da luta política, destacando uns e eliminando outros. O movimento tenentista já presentes durante toda a década de 1920, só ganhou legitimidade em 1930 com a revolução. A atuação política do tenentismo não está restrita a uma determinação de classe; mas também há um outro ponto forte que é a sua função em relação ao aparelho do Estado, enquanto membro das Forças Armadas. O comportamento político-ideológico dos tenentes só pode ser explicado através de duas dimensões: a sua condição institucional como membros do aparelho militar do Estado e sua composição social como membros das camadas médias urbanas. O movimento tenentista surgiu da superposição dessas duas situações⁶⁰.

Os tenentes de 1930 são os revoltosos de 1922 e 1924 que, desde então lutavam contra o fantasma oligárquico. O que definiu esses revoltosos não foi o fato de terem desencadeado movimentos militares, mas sim as propostas políticas em torno da Revolução de 1930. Para De Decca, a importância do tenentismo para a Revolução em trinta vai além do fato de ser mais um componente social em combate à oligarquia paulista. A sua trajetória política marcou não só os anos vinte, como também contribuiu com peso para a Revolução outubrista. Segundo o autor:

O fato desses revoltosos [tenentes] se autodenominarem revolucionários e manterem-se unidos pelo menos até 1928 em torno de um programa genérico de combate à oligarquia, facilitou de sobremaneira a identificação de várias propostas políticas com o

⁶⁰ CARONE, Edgar. Op. cit. p. 452.

temário da revolução. Em torno desse sujeito político [tenentes] definiram-se todas as propostas de revolução no âmbito da luta de classes, e cada uma delas preencheu com conteúdo diferentes os 'revolucionários' capazes de combater o fantasma da oligarquia⁶¹

No entanto, o movimento tenentista não foi o único pólo oposicionista forte da revolução. Uma grande oposição ao governo do PRP surgiu dos dissidentes do próprio partido. Em 1926, esses dissidentes criaram o Partido Democrático para rivalizar diretamente com o Partido Republicano Paulista. A partir da criação do PD, o tema 'revolução' adentrou na classe dominante dissidente, posicionando-a, ou pelo menos parte dela, para a luta. A derrubada do governo oligarca paulista passou então a não ser mais um desejo só dos tenentes. Os membros do PD, por ocuparem postos-chaves da sociedade e do Estado, arcaram com o peso de se posicionarem frente ao novo conjunto de propostas políticas. Essa parte da classe dominante dissidente foi suficiente para fortalecer e fazer crescer o movimento oposicionista à política cafeeira no final dos anos vinte.

A proposta política inicial do PD para a revolução era de apenas apoiá-la, com o objetivo de conquistar a simpatia dos demais grupos. Fazer a revolução seria uma tarefa para os revolucionários. Por isso, em 1928 a posição do Partido Democrático em relação à revolução e aos demais grupos oposicionistas se restringia a combater o inimigo comum (a oligarquia paulista) e a definição do sujeito político, os revolucionários, representados pela figura de Luís Carlos Prestes. Para combater o PR nas eleições de 1930, o PD precisou fazer um esforço de ampliação de alianças que fosse capaz de trazer para o lado da oposição o maior número de setores da sociedade. Os líderes do PD sabiam que romper com a idéia de revolução seria dar adeus ao caminho em direção ao poder, já que, sozinho, suas bases eram precárias para concorrer diretamente com o PR nas urnas.

O BOC trouxe para a sua agremiação a classe operária, levando a classe à ascensão da política nacional. Juntamente com o BOC, eles passaram a posicionar-se claramente a favor do PD em relação às eleições de 1930, ajudando a fortalecer os interesses do bloco oposicionista. A estratégia do BOC foi ainda mais audaciosa. Através de um jornal chamado *O Combate*, publicava rotineiramente textos contra a política oligárquica e sobre a importância da união dos grupos oposicionistas para a derrota do PR nas eleições de 1930. Ressaltava as propostas da oposição e as desvantagens da política perrepista, mostrando a oportunidade que a sociedade

⁶¹ Idem. p. 85.

brasileira tinha nas mãos de apoiar os grupos de oposição para que, enfim, fosse acabada a hegemonia dos governos oligárquicos. Um dos comunicados publicados pelo BOC no jornal dizia:

Entre dois partidos não proletários, um governamental, oligárquico, conservador e reacionário, que nada garante aos trabalhadores, só os ameaça com cadeia e deportação, e outro, na oposição popular, democrático e liberal que promete ao proletariado liberdade de reunião e de associação, defendendo-o nas ocasiões precisas – entre dois partidos nessas condições, não nos é dado titubear. Votar no PRP seria um suicídio coletivo. Abster-se seria proteger de modo indireto aqueles que nos oprimem (...) Só há um caminho a seguir, uma única diretriz a obedecer. Votar no Partido Democrático⁶²

Um dos grupos opositores a ser representado nas eleições de 1930 era a classe operária. Porém, ela nem sempre esteve engajada de maneira efetiva com o projeto revolucionário. Por não ter força política, era difícil para os trabalhadores conseguirem expressar seus anseios. Quando o BOC ganha espaço no cenário político nacional e quando resolve trazer para perto de seus interesses também os interesses da classe operária, aí passam a ser mostrados a nível nacional a realidade da repressão imposta pela política da oligarquia paulista. Como os efeitos dessa política faziam valer seus interesses diante dos demais grupos sociais, impossibilitando seu crescimento e até mesmo silenciando-os. Com a mostra da realidade das classes menos favorecidas da sociedade brasileira, ganhou força o discurso de oposição que prometia, caso vitorioso, mudar a realidade política e social do país. Um luz no fim do túnel surgiu para os grupos que já não alimentavam a esperança de se verem livres da restrita política do “café-com-leite”. E diante de tantos grupos que gritavam por revolução – BOC, PD, tenentes – foi estimulada cada vez mais a união desses grupos para que juntos formassem um bloco de oposição forte e capaz de afastar do poder o PRP.

Seguindo a mesma linha de análise e interpretação proposta por De Decca sobre 1930, e enfatizando ainda mais a importância do conceito de “memória histórica”, Carlos Alberto Vesentini, em *A teia do fato*, mostra minuciosamente como um fato histórico pode ser construído, a partir da manipulação da memória coletiva. Preocupado com a hegemonia da memória do vencedor, Vesentini redefine os procedimentos da pesquisa rumo ao universo dos grupos sociais que, vencidos nos embates de classe, alteram os projetos dos vencedores e permanecem como força ativa. Vesentini foi um intelectual rebelde que questionou as assertivas dos procedimentos pedagógicos e do

⁶² *O Combate* (23/2/1928). Citado por Edgar De Decca em *O silêncio dos vencidos*, p. 89.

conhecimento histórico. Escreveu muitas obras importantes, entre elas *A Revolução do vencedor* (juntamente com Edgar De Decca), *O problema do sujeito político* (1978) e *A figuração recorrente* (1977).

Em *A teia do fato*, o autor, através de título tão sugestivo, mostra, utilizando como exemplo a Revolução de 1930, como os fatos desse evento histórico foram aos poucos constituindo uma teia que fez de 1930 um marco da historiografia brasileira. Utilizando conceitos como “memória” (coletiva, individual ou histórica), “fato histórico”... O autor mostra não só os significados de cada um desses conceitos, mas também a importância dos mesmos para a análise crítica e como, juntos, eles são fundamentais na explicação e fundamentação desse “novo olhar” proposto pela historiografia da década de 1980 para o momento histórico de 1930. Para ele, a Revolução de 1930 é um exemplo claro de memória individual que foi transformada em memória coletiva⁶³. Os vencedores de Trinta, que representam a memória individual, construíram tal evento segundo suas interpretações, seus interesses. A historiografia resultante dessa construção influenciou a memória coletiva, que foi condicionada a pensar 1930 pela visão de seus vencedores. Como resultante desse processo, inevitavelmente, essa memória passou a ser a memória histórica.

Compartilhando de conceitos como o de “memória histórica”, Vesentini acrescenta questões que complementam o pensamento já exposto por Edgar De Decca. No que diz respeito aos chamados “marcos históricos”, geralmente símbolos de ruptura, Vesentini levanta uma questão que pode ajudar a esclarecer o porque de alguns eventos passarem a ser considerados marcos históricos. O autor questiona:

Com que critério um historiador fala das lutas e agentes de uma época que não é a sua? A interrogação ganha amplitude quando lembramos que essa época ainda projeta sua força, suas categorias sobre o presente e sobre quem a história⁶⁴

Um marco histórico seria um evento que marcou de forma significativa o processo histórico. No caso do eixo da discussão deste trabalho, o marco histórico é a Revolução de 1930. No entanto, De Decca afirma que a memória da Revolução de 1930 foi construída por seus vencedores... Isso tiraria da revolução o “título” de marco histórico? Ou, ao contrário, foi justamente a construção dessa memória que fez da Revolução de 1930 um marco na história do Brasil? Isso, claro, analisando o processo a partir de algumas opiniões da historiografia brasileira que defendem 1930 como um

marco histórico. Pois, como já foi discutido anteriormente, há quem considere o evento de 1930 como uma continuidade e não uma ruptura. No entanto, mais uma vez é reforçado que este não é o eixo de discussão deste trabalho. Apenas é importante ressaltar questões como essa para demonstrar a amplitude das questões e opiniões dentro da historiografia brasileira quando o assunto é a Revolução de 1930.

A história dessa revolução foi interpretada com poucas variações durante algumas décadas. Praticamente só a partir das décadas de 1970 e 1980 que a memória da revolução passou a ser questionada por outros pontos de vista. As novas abordagens e questões que surgiram baseando-se em conceitos como o de memória histórica foram fundamentais na releitura feita pela historiografia sobre esse período. No que diz respeito ao texto de Vesentini, a sua leitura sobre esse processo de construção de uma memória histórica, não se atém ao marco histórico, mas questiona a revolução no que diz respeito à construção de sua memória e alerta para o trabalho do historiador com suas fontes, no sentido do cuidado que deve ser tomado por parte do profissional de história ao analisá-las para saber que agentes a construíram, tendo a lucidez de identificar a sua ideologia e até que ponto o historiador poderá usar aquele discurso sem absorver as suas tendências ideológicas.

Vesentini explica que a memória do processo ocorrido em 1930 é um exemplo clássico de memória individual que foi transformada em memória coletiva. Como o autor defende a idéia de que a história da Revolução de 1930 foi construída por seus vencedores, julga que esse restrito grupo de agentes quando resolve documentar a revolução, tornar-se autor da memória individual do evento. Ou seja, dos grupos que participaram da Revolução outubrista, apenas uma fração deles – a dos vencedores – relata o processo revolucionário. Isto, teoricamente, não poderia ser considerado exemplo de uma memória coletiva, pois nem todos os agentes da revolução participaram da construção de sua memória histórica. No entanto, quando as primeiras obras são escritas sobre o tema e a historiografia brasileira absorve seus relatos sem contestá-los, e a memória individual passa a ser uma memória coletiva – o que era para ser relatos dos vencedores da Revolução de 1930, passou a ser a própria Revolução de 1930.

Nos primeiros anos que sucederam à revolução como o sistema político continuou sendo administrado politicamente por boa parte das mesmas figuras revolucionárias de 1930, entende-se que, caso tenha havido algum intento de

⁶⁴ VESENTINI, Carlos Alberto. Op. cit., p. 18.

contestação dessa historiografia, ele tenha sido silenciado. No entanto, a falta de questionamento dessas obras logo após a sua produção é de difícil compreensão. Dificuldade esta que é agravada pelo fato dessas produções só terem sido devidamente contestadas a partir da década de 1970 – já que antes a visão marxista prevalecia diante das interpretações dos fatos históricos. A conturbação política que esteve presente durante todo o período da Primeira República deveria ter servido de alerta para que os estudiosos analisassem melhor os acontecimentos e as produções historiográficas sobre esse período. Não só isso, mas o fato de que durante toda a Primeira República os governos foram oligárquicos, o que é um sinônimo claro (pelo menos no que diz respeito a história do Brasil) de um pequeno grupo social que permanece acima dos demais. De desigualdades sociais que permeiam durante todo esse período, governo após governo, mesmo enfrentando em alguns momentos levantes populares e militares.

Porém, mesmo diante de todo o histórico da República Velha, o que ficou registrado após 1930 foi o que se convencionou pelos vencedores. Assim, o fato histórico que é a Revolução de 1930 mostra-se muito mais profundo quando o eixo de estudo é a sua construção, a sua memória. Mas memória histórica não é sinônimo do fato histórico. Ela é, segundo Vesentini, a reconstrução desse fato. Para esclarecer o vínculo entre história e memória, o autor afirma que

Entender a história como memória e perceber a integração que ocorre de maneira contínua entre a herança recebida e projetada até nós, e a reflexão a debruçar-se sobre esse passado, constituiu-se em questão a pareceu-me relevantes para a aproximação do que é tomado tão somente por historiografia⁶⁵

No caso específico da Revolução de 1930, a sua força dentro da historiografia brasileira teve por base a memória que foi construída em cima dela. Essa mesma memória que fez alguns autores considerá-la um marco histórico. Ou seja, o que poderia ter sido considerado um mero fato histórico, graças a simbologia que lhes foi atribuída, ganhou proporções tamanhas que nem a própria historiografia ousou contestar por décadas. A compreensão e a aplicação do conceito de memória histórica é importante, principalmente no caso da Revolução de 1930, porque é a partir dele que se esclarece a leitura de muitos trabalhos historiográficos sobre o tema. A relação do tema Revolução de 1930 com a proposta da memória histórica é estreita. Em muitas vertentes que se propõem explicar as causas da Revolução outubrista – revolução de classes médias, revolução burguesa, conflito entre oligarcas e tenentes, etc – propõem explicações que

vão de encontro ao da ideologia da oligarquia cafeeira, representada pela figura de Washington Luis. Isto se deve ao fato de boa parte da historiografia sobre o período ter sido escrita por membros das classes vencedoras em 1930, por espectadores simpatizantes à causa revolucionária ou por espectadores contrários à Revolução, mas que também não concordavam com a política cafeeira e, assim sendo, criticavam a causa por ser intitulada “revolução”, já que não a consideravam uma.

No entanto, o fato de Edgar De Decca e Vesentini considerarem as principais obras escritas até a década de 1970 sobre a Revolução de 1930 como sendo reflexo da memória dos vencedores da Revolução diminui a importância dessa historiografia? Ou apenas chama a atenção para a necessidade de questioná-la? Os argumentos utilizados por esses agentes para escrever a história da revolução de fato faziam parte do quadro político-social do Brasil no final da década de trinta. Escrita pelos vencedores ou não, a história desse momento revolucionário não poderia ter sido escrita de modo diferente no que diz respeito as desigualdades sociais e dos problemas políticos que o país enfrentou nesse período e que acabaram por contribuir significativamente para o desencadeamento da revolução.

A inegável importância do conceito de memória histórica apontado e discutido por De Decca e Vesentini, contribuiu com peso para uma nova leitura sobre o tema quando se propôs a questionar essa historiografia. É como se a história da Revolução outubrista tivesse sido construída, inventada; como se as causas apontadas pelos autores que compõem essa historiografia tivessem sido criadas para justificar a ocorrência desse fato histórico. Esses agentes-autores da revolução teriam que transformá-la em algo de peso para justificar a sua razão e legitimar o poder conquistado através dela.

Contudo, ao rotular essa historiografia como sendo resultado da história dos vencedores de tal evento, aponta-se um novo caminho a ser estudado: o da história dos vencidos. Esses vencidos outrora detentores de todo o poder e influência do país, foram afastados do poder graças a união das forças das classes por eles excluídas. Essa nova configuração nacional, que abrangeu mudanças na posse do poder político, no sistema econômico e que possibilitou à ascensão social de outras classes, marcou sim a história do Brasil no início dos anos trinta, independente de ter sido uma história escrita pelos vencedores de trinta. Na verdade, a conturbação política, social e econômica na qual passou o Brasil na década de 1920 apontava que, cedo ou tarde, um levante social sairia vitorioso... E o momento propício a isso foi 1930. Isso porque sozinho este ano

⁶⁵ VESENTINI, Carlos Alberto. Op. cit. p. 18

conseguiu reunir uma crise econômica, disputas eleitorais e insatisfações sociais. Diante do quadro frágil do regime político da época, este virou alvo fácil para os sonhadores revolucionários que já sonhavam com um golpe desde o início da República. A instituição oligárquica já não contava com o poder e a influência que um dia tiveram e que lhes garantiu a permanência no poder por décadas. A possibilidade de destituí-los do poder e de reverter o quadro político brasileiro, renovando-o com novas propostas muito mais voltadas para o social, ganhou a simpatia de muitos brasileiros e, mesmo não tendo ganho as eleições de março de 1930, os grupos que compunham a Aliança Liberal só puderam tomar posse do poder do estado em outubro do mesmo ano, graças a essa simpatia conquistada por suas propostas sociais.

Na verdade, a tomada de poder em outubro de 1930 foi possível graças a Aliança Liberal. Literalmente graças a esta aliança de forças. Apesar das atraentes propostas sociais, muitas delas já vinham sendo propostas pelos revolucionários ou grupos sociais da década de 1920. Mas, a partir do momento em que a maioria dos grupos excluída da política cafeeira resolveu formar uma aliança, conseqüentemente ganhou a simpatia popular e isso garantiu, no mínimo, a permanência deles no poder após o golpe.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 159-182.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983.

CARONE, Edgar. **A República Velha: evolução política (1889-1990)**. 4 ed. v. II. Rio de Janeiro: Corpo e Alma do Brasil, 1983.

DE DECCA, Edgar. **O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DULLES, John W. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

DRUMMOND, José Augusto. **A Coluna Prestes: rebeldes errantes**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida (Orgs.). **O Brasil republicano**. v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O Brasil Republicano**. v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O Brasil Republicano**. v. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

FREITAS, Marcos Cezar de. Para uma história da historiografia brasileira. In: _____ (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 07-13.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LAPA, José Roberto. **Historiografia brasileira contemporânea**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MANIFESTO de Luis Carlos Prestes a Osvaldo Aranha em maio de 1930. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1996. v.4. 1 cd-rom.

MANIFESTO da Aliança Liberal escrito por Lindolfo Collor. In: _____. **Textos políticos da história do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1996. v.4. 1 cd-rom.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

SALGADO, Manoel Luis et. al. (Orgs). **A Revolução de 30**: textos e documentos. v.I. Rio de Janeiro: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

_____. **A Revolução de 30**: textos e documentos. v. II. Rio de Janeiro: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

SANTA ROSA, Virgínio. **O sentido do tenentismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Schimidt, 1993.

SILVA, Marcos (Org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. São Paulo: EDUSC, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história militar do Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Formação histórica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Difel, 1982.
SZTOMPKA, Piort. **A sociologia da mudança social**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TRONCA, Ítalo. **A Revolução de 1930: a dominação oculta**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.

ANEXOS

.....

175.8 – MANIFESTO DA ALIANÇA LIBERAL,
REDIGIDO POR LINDOLFO COLLOR
(20 ABRIL 1930)

“Quando, portanto, o Presidente da República abraça, às claras ou às ocultas, mas sensivelmente, notoriamente, uma dessas indicações facciosas, identificando o governo com uma dessas individualidades colhidas no medalhário oficial, adotadas nos conselhos do poder e mergulhadas nos seus interesses, a intervenção hostil ao “gozo e exercício dos direitos políticos”, pelos cidadãos brasileiros está logo e logo declarada, está para logo encetada, está logo e logo abalizada com inequívocas mostras da prepotência resoluta em levar de vencida os obstáculos de justiça, direito e legalidade.”

Rui Barbosa

Falar à nação brasileira, nesta hora crepuscular do regime, em que se intenta erigir o arbítrio em regra comum no Estado e transformar o abuso em normalidade funcional das instituições políticas, será, ao mesmo tempo, comunicar-lhe a medida da corrupção, que aflige a República e levar-lhe a segurança, raciocinada e serena, de que dos seus sofrimentos, humilhações e tristezas de hoje se plasmará em esplendor a sua vitória de amanhã.

Falar à nação, ao meio desta incerteza generalizada de contornos e propósitos, de origens e finalidades, de métodos e afirmações, que é a nossa atualidade política, será mostrar-lhe, encaminhadas em rumos objetivos e precisos, as duas correntes de pensamento, que se entrechocam no seu cenário: uma pretendendo armar o seu supremo magistrado de prerrogativa que a Constituição não lhe reconhece e a dignidade do poder lhe veda, animada a outra da convicção de que urge harmonizar os nossos costumes partidários com o império da lei, sob pena de, refugindo agora a agitação salutar das idéias, nos conformarmos com uma indisfarçável situação de despotismo, que é sempre véspera fatal de anarquia.

Falar à nação, neste momento extremo equivale à certeza que lhe queremos transmitir de que a nossa atividade cívica não lhe agravará os males, mas procurará evitar, por todos os meios legais ao nosso alcance, que a prepotência do mando, a fonte viciosa dos poderes constitucionais, o acintoso desrespeito à vontade do povo em matéria de seu exclusivo direito, venham a ter no Brasil a chancela do irremediável. Se isso acontecesse, não poderia ser para bem da nação. O comodismo de hoje conduz ao protesto de amanhã e é na covardia de uma geração, ou na de duas, ou de três, que se forjam os heroísmos sagrados do futuro e as supremas decisões coletivas.

Credenciais políticas

Pretende-se contestar-nos a posse de credenciais políticas, senão de títulos coonestadores da nossa autoridade moral, para dar início a este movimento de regeneração dos nossos costumes cívicos. Não avançaremos um passo no caminho que nos propusemos, sem deixar por forma definitiva respondidos quantos sofismas e artimanhas de quesitos hajam sido articulados e levantados contra a inteireza das nossas intenções e a nobreza dos nossos propósitos.

Perguntam-nos a toda hora em nome de que princípio levantamos a nossa bandeira de protesto contra a unanimidade asfixiadora da política nacional. E quando respondemos que o princípio central da nossa campanha é a restituição ao povo do que só ao povo pertence, intentam fulminar-nos com a alegação de que, até ontem, muitos de nós reputávamos perfeitamente aceitáveis os processos contra os quais, agora, com tanta vivacidade nos pronunciamos. Chamam-nos a conta os nossos adversários, fariseus preocupados com as vírgulas das Escrituras, pelos erros, que nós mesmos tenhamos cometido; mas não se encontram obrigados a fornecer a prova de que o seu procedimento, deles, é conforme a moralidade do regime. Arguem como vício de origem irremediável a variedade das nossas procedências doutrinárias, mas não compreendem, ou fingem não compreender, que essas divergências se fundem hoje na mais perfeita das concordâncias, enquanto se refere ao nosso protesto contra a faculdade atribuída ao Presidente da República de escolher e impor o nome de quem lhe há de suceder no governo. Gritam e clangoram notas de escândalo contra o que lhes pareça contradição de doutrina e de fato nos nossos arraiais, mas não se capacitam de que essas contradições são imensamente maiores, porque ofendem o próprio pacto fundamental da República, nas hostes heterógenas, que obedecem à voz de comando do chefe da nação.

Uma aliança política

Nós não somos um partido, mas uma aliança de partidos políticos.

Para que uma coligação partidária se produza é necessário que, determinando-lhe o aparecimento e condicionando-o às exigências de tempo e

meio, exista um motivo capital, em cujo derredor se possam agrupar os vários partidos, que deliberem agir de comum acordo. Não dirá, pois, nenhuma novidade, mas recorrerá a expediente lamentavelmente medíocre, quem acusar uma aliança política de possuir em seu seio vários programas partidários. Se a variedade de programas não existisse, se todos estivéssemos já de há muito reunidos em torno de um só e idêntico ideário de doutrinas, não seríamos uma aliança, mas formaríamos um partido.

Inútil, portanto, todo esse sobre-humano esforço em arrombar portas escancaradas ao bom senso de toda gente.

Em determinado momento da história política do Brasil, vários partidos, separados, ainda ontem, pelos pontos de vista restritos de cada um, sentiram e compreenderam que um princípio fundamental à dignidade da República estava sendo violado pela ação do Poder Executivo. Em torno desse princípio uniram-se essas correntes partidárias, dispostas desde logo a uma ação comum e uniforme, e resolvidas, portanto, a recíprocas transigências no que dissesse respeito aos seus diferentes programas.

Uma aliança de partidos não é novidade adrede inventada no Brasil, para enfrentar ou evitar possíveis crises políticas. Alianças, coligações, *cartels* de partidos têm sido formados e praticados em todos os países do mundo. E são precisamente os mais civilizados dentre eles os que com mais freqüência nos dão exemplos dessas conjugações de esforços coletivos. A maioria governamental da França, que sustentava até há pouco o governo Poincaré, não era outra coisa, nem é de essência diferente a coligação em que se baseia presentemente o governo parlamentar da Alemanha.

O que se deve, quanto possível, procurar numa aliança é que ela não se integre de elementos doutrinariamente irreconciliáveis entre si. Assim, para não fugir ao nosso caso, toda aliança será desde logo legítima e defensável, se os seus participantes aceitarem os princípios essenciais vazados na Constituição de 24 de fevereiro, se estiverem de acordo com o nosso sistema atual de governo, se não propenderem a modificações radicais de substância e forma nas nossas instituições.

Ora, não há entre todos os partidos congregados na atual aliança política, um só que, expressa ou tacitamente, se desvie dessa norma fundamental. As divergências com que os nossos agrupamentos partidários chegaram ao limiar da coligação reduzem-se, na verdade, a simples questões adjetivas, como no caso do chamado voto secreto, ou a meros procedimentos de administração, como no que diz respeito à atual orientação da nossa política financeira.

Mal não fica, mal não pode ficar a ninguém transigir em questões de caráter doutrinariamente secundário, quando se trata de salvar a própria dignidade do regime.

Antes de mais nada, queremos que a República se reafirme entre nós como a imaginaram os seus apóstolos e fundadores, como o seu conso-

lidador a praticou, como a entenderam sempre, descontadas possíveis exceções, os mais eminentes dos seus servidores. Isto, e nada mais, o que está em jogo nesta hora. Para isto, conclamamos as energias cívicas do povo brasileiro. E isto conseguido, poderemos, pelo menos, estar certos de que a República já não será entre nós, como é neste momento, palavra vã e sem sentido.

Mas se nós somos uma aliança constituída de vários partidos, uma coligação, que, honestamente, reconhece as suas divergências, todas irrelevantes na essência, que se poderá com propriedade dizer dos nossos adversários? Se uma aliança não é ainda um partido, na técnica precisão da palavra, já vale, entretanto, por um esforço coletivo tendente a uniformização ocasional dos seus rumos e procedimentos. Guia-a, inspira-a, anima-a um alto propósito de definição. Há no seu seio um esforço para a caracterização ideal de uma atitude. As próprias transigências que nela se praticam e que, para serem nobres, devem ser expressas e claras, são já uma evidência de honestidade mental. Discutimos as nossas divergências e chegamos a um resultado de acordo: pode o povo ter confiança em nós, porque não praticamos a política escusa dos subentendidos, nem nos arreceamos de encarar de frente as nossas responsabilidades.

Contra uma aliança, um conglomerado

. Não assim os nossos adversários. Se nós somos uma aliança, eles não passam de um conglomerado; se nós procuramos definir os nossos rumos, eles se acotovelam na confusão; se nós afirmamos, eles tergiversam; se nos constituímos em torno de idéias, eles se aglomeram ao redor de interesses; se somos uma corrente formada de vários desaguadouros, eles o marasmo, que não pode pretender a alegria límpida e saudável das águas em movimento.

Pretendem argüir-nos de contraditórios, porque somos apenas uma aliança e não ainda um partido: mas fingem de deslembrados de que no seio da sua anarquia indefinível de princípios, há lugar para os presidencialistas de vários matizes e para os parlamentaristas do Rio Grande do Sul. Acusam-nos de falhos de unidade no que se refere ao sistema do voto, propugnadores, uns, em doutrina, do voto público, praticantes todos do voto meio secreto, partidário, outros ainda, do voto inteiramente sigiloso; mas não se lembram de que, nos acampamentos bariolares das suas hostes de combate, descansam por igual os satisfeitos com o sistema eleitoral vigente e outros que, como os situacionistas do Ceará, já moldaram a sua lei pelo programa do voto secreto, o que significa também, por certo, discordância dos rumos seguidos pela maioria; e esquecem-se ainda de que se as nossas contradições, até aqui, não parecem praticamente maiores do que as deles, do nosso lado votam apenas os homens, ao passo que do deles, a partir do exemplo do Rio Grande do Norte, as mulheres também votam.

Renegações de princípios

Renegações de princípios? Mas quem, no Brasil, com bastante autoridade moral para lançar-nos em rosto tão lamentável pecado? Será, por acaso, o Partido Republicano Paulista, a que pertencem o Presidente da República e o candidato a sua sucessão? Mas esse partido, que foi *pars magna* na Campanha Civilista, já estará deslembado das lições de Rui Barbosa, com que esteve em plena e absoluta conformidade de vistas e cujo postulado básico era a incompetência funcional e moral do chefe da nação, para indicar o seu substituto? Ou será, talvez, o Partido Republicano da Bahia, de cujo seio sai o candidato à vice-presidência, que se curva ainda, ademais, ao peso de haver sido um dos discípulos diletos do grande senador baiano? Ou serão, porventura, no cenário da política federal, os soldados de Pinheiro Machado, solidários com o chefe varonil, na sustentação desse mesmo princípio agora desfraldado por nós?

Eis, senhores, inutilmente não gastemos nosso tempo. Divergências de princípios e contradições de atitudes, se do nosso lado existem, resgatadas estão pelo ânimo sincero com que nos empenhamos nesta luta, maior do que nós mesmos, em prol da República. Mas fique perfeitamente claro que erros que se resgatam não podem servir de pretexto para ataques, de parte daqueles que no erro persistem e cujas heresias, em matéria de doutrina política, clamam aos céus, de indefensáveis que são.

Aliança Liberal

Estranham ainda os nossos opositores que a nossa aliança, na necessidade de caracterizar em síntese a sua orientação, haja tomado o nome liberal. E fazem, em consequência, doudas dissertações probatórias de que, se vivemos em República, forçosamente hão de ser liberais as instituições que nos regem.

Com efeito, assim é colocada a questão no puro terreno da doutrina política. Mas, desde logo se impõe a evidência de que, se a nossa aliança tem o nome de liberal, isso acontece porque o povo lha conferiu. O instinto divinatório das multidões dificilmente se engana. Se, quarenta anos depois de fundada a República no Brasil, reaparece, na mais impressionante das espontaneidades, um dístico partidário, que pareceria relegado com o antigo regime, é porque, sem dúvida possível, se operou profunda involução no nosso mecanismo político. A República é, na verdade, pela própria definição, um sistema liberal de governo. Mas se, em plena vida republicana, sem premeditação de quem quer que seja, o povo sente a necessidade e imperiosamente exige o aparecimento de uma corrente liberal, que significa isso senão que a República, entre nós, está abastardada e carece de ser renovada na própria fonte das suas doutrinas?

Os ingleses, que se podem orgulhar da melhor e da mais sólida tradição política, tradição que é verdadeira escola de governo, resumem a confiança no seu direito consuetudinário com o pedirem, simplesmente, homens e não modificações nos processos, ou alterações nas medidas políticas e administrativas: *men, not measures*. No Brasil, onde a tradição política é extremamente precária e onde os homens, por isso mesmo, nem sempre se têm por obrigados à observância de paradigmas políticos, a fórmula inglesa forçosamente há de ser lida ao inverso: *measures, not men*. O Brasil anseia por medidas, não por homens. Os nossos homens de governo, à falta de uma invariável tradição de nível comum, por si só já não se impõem à confiança do povo. A nação pergunta pelos seus princípios, pelas medidas de governo que pretendem realizar, e indaga ainda qual a corrente partidária que se constitui em garantia da sua execução.

As medidas que o Brasil dos nossos dias reclama, são de caráter liberal, encaminham-se inicialmente à plena e definitiva pacificação dos espíritos, para demorar depois na modificação do nosso sistema eleitoral, por forma que lhe possa assistir a certeza de que os seus governantes representam de fato e de direito a sua vontade soberana, única origem legítima de todo poder constituído.

Por isso, sem dúvida, o povo, que possui o sentido sagrado dos seus direitos e das suas aspirações, deu à nossa aliança política o nome de liberal. Recolhemo-lo com ufania. E certos de que o povo não delibera sem causa justificada, com ele assumimos, nesta hora, o sagrado compromisso de respeitar a sua indicação e de sermos dignos da sua vontade.

Duas mentalidades

Assiste o Brasil, nesta hora, ao entrechoque de duas mentalidades. Para uma, os verdadeiros problemas da democracia são apenas de ordem prática. Tudo, segundo os seus pregadores, na sociedade contemporânea, se reduz em tornar a vida bela e agradável, boa e tranqüila, sólida e rica. É o materialismo. É o sibaritismo. É a mentalidade, que domina, no momento, os destinos do Brasil. Ela não se envergonha de aparecer à luz do sol. Bem ao contrário, ímpar de orgulho, freme de empáfia, estoura de vaidade. Mede-se a inteligência dos homens pelos gozos que desfrutam. É a posse do dinheiro o único estalão diferencial na sociedade. Tudo, na vida, se reduz à conquista do bem-estar, o bem-estar nada mais é do que simples questão de moeda; e a defesa da moeda, com muita lógica, o único programa que pode interessar à mentalidade oficial dos nossos dias.

Há, entretanto, os que não pensam assim, e esses formam imensa maioria na opinião brasileira. De acordo com essa outra mentalidade, ora em choque com a primeira, a vida não pode ser bela, quando a nação está dividida; agradável, quando brasileiros sofrem no exílio; boa, quando os poderosos não têm um gesto de simpatia pelos fracos e pelos humildes,

tranqüila, quando a tranqüilidade importa renúncia de personalidade e consciência; sólida, quando o governo da sociedade se funda sobre a usurpação da vontade popular e a falta de exação nos atos eleitorais; rica, quando os homens representativos sofrem penúria de ideal.

Não há país no mundo onde, neste momento, o materialismo do poder tanto se vanglorie da sua esterilidade como no Brasil. Dá-nos a Inglaterra exemplos de lutas impressionantes, em torno de idéias sociais e políticas. Filhos das grandes casas tradicionais da aristocracia britânica alistam-se no trabalhismo e põem o prestígio dos seus nomes e das suas fortunas ao serviço de um pensamento elevado e nobre. Não se trata de ganhar dinheiro: trata-se de aumentar o sentido ideal da vida.

Oferece-nos a França dos nossos dias, apesar das suas feridas ainda sangrentas, o espetáculo magnífico da mais intensa agitação de idéias em torno de programas, que antes de serem práticos, são morais e visam a contribuir para a elevação espiritual do homem. Na Alemanha, diferente não é o panorama que nos impressiona a vista. A sua política social, que não é política de potentados, mas de humildes, domina pela extensão das suas preocupações e iniciativas, o cenário das atividades públicas.

Já se escreveu que todo o formidável progresso material dos Estados Unidos nada mais é do que uma decorrência da religiosidade do seu povo. Não há lugar, aqui, para a explanação de teses sociais e filosóficas restritas e determinados problemas. Mas quando um filósofo, que se diz ele mesmo metafísico, da estatura de Keyserling, e quando um sociólogo que se considera a justos títulos positivo, da autoridade de Siegírid, chegam a encontrar-se palmilhando caminhos diferentes, na certeza de que a criação da riqueza é condicionada à preliminar observância de fatores morais, dificuldade não há em compreender por que o Brasil dos nossos dias atravessa a crise mais impressionante na sua economia, nas suas finanças, na sua moeda.

Se a mentalidade materialista que domina o Brasil pudesse ser aferidora da verdade em relação ao bem-estar dos povos, dar-nos-ia o Egito a prova mais completa da felicidade pública. Todos os seus problemas materiais estão atendidos e bem atendidos. A lavoura floresce. Expandem-se as indústrias. O comércio, depois da decadência mais completa, reentrou em esplendor. Que lhe falta, então, para ser feliz? Espantoso povo, aquele que, apesar de todas essas supremas regalias, que são para a mentalidade oficial do Brasil a felicidade das felicidades, não se resigna a viver sem autonomia e faz da reconquista das suas prerrogativas morais a mais instante, a mais trepidante das suas preocupações.

Não é humano que antes de curar dos problemas atinentes à riqueza pública, descurem os governos remover, em quanto lhes seja possível, as causas e os efeitos de uma guerra civil. Não pode haver tranqüilidade política, nem felicidade coletiva, num país cujas fronteiras estão abertas aos estrangeiros, mas em cujo território filhos seus não podem pisar, nem se

aquecer à luz do sol. Enquanto houver fora da pátria brasileiros sofrendo as agruras do exílio, o bem-estar no Brasil é uma burla e é uma afronta.

Anistia

Por isso a Aliança Liberal sustenta a bandeira da anistia. Ainda aqui, os nossos adversários indagam por que o fazemos hoje e muitos de nós não o fizeram ontem. Podemos responder-lhes, através de uma voz ungida de sabedoria política, que nos fala dos primórdios da nacionalidade brasileira: o conselheiro Justiniano José da Rocha. Ação, reação, transação – eis o ritmo fatal em todas as agitações políticas.

O estudo refletido da história nos patenteia uma verdade, igualmente pela razão e pela ciência da política demonstrada. Na luta eterna da autoridade com liberdade, há períodos de ação, períodos de reação e, por fim, períodos de transação, em que se realiza a conquista da civilização.

Chegados os povos à fase em que a reação não pode progredir, em que a ação esmorece, cumpre que a sabedoria dos seus governantes o reconheça, aí pare e, pelo estudo da sociedade, descubra os meios de trazer a um justo equilíbrio os princípios e elementos, que haviam lutado.

A ação extremada em demanda das conquistas populares pode conduzir, como no Brasil, à renúncia de um imperante. A reação, entretanto, não se fará esperar e ele pode encarnar-se, como também no Brasil aconteceu, na figura dominadora de um Feijó. Mas só um povo de suicidas, só um povo incapaz de governar-se com dignidade, ficaria para sempre adstrito aos imperativos morais da ação e da reação. Chega o momento em que os benefícios e os malefícios de uma e de outra se equilibram: é a hora das transações, a hora do apaziguamento geral, a hora em que a tranqüilidade desce sobre o espírito da nação.

Que muito há para admirar em que, nessa hora, bendita, homens antes destacados num e noutro dos arraiais em luta se estendam as mãos e, reconciliados, se disponham a trabalhar pela felicidade e a grandeza da pátria?

Vai repetir-se no Brasil o exemplo, que nos vem da infância da nossa vida política. Homens que estiveram identificados com a ação, e vontades que se puseram a serviço da reação compreenderam que chegado é o momento de transigir com os extremos dos seus pontos de vista: é a transação. Ela não diminui a ninguém, porque visa a engrandecer o vulto moral da pátria, engrandece e dignifica a quantos com sinceridade de ânimo se encontram unidos nesta santa cruzada de paz entre os brasileiros.

Eis por que, conscientemente, a Aliança Liberal é pela anistia.

Contra este ponto de vista, que é para a nossa campanha uma regra de fé, alça o colo e arma o braço a orientação governamental do Brasil.

A anistia aos envolvidos nos últimos movimentos revolucionários, por ter contra si o atual Presidente da República, não poderá contar com a simpatia do seu candidato.

Pois bem! Decida o povo brasileiro nesta contenda! Se um candidato é a favor, se o outro contra a anistia, que as urnas de 1º de março sentenciem se a nação quer homologar com os seus votos a divisão da família brasileira, a definitiva expulsão dos nossos irmãos refugiados em estranhas terras, ou se, pelo contrário, votando nos candidatos, que desfraldam a generosa bandeira do esquecimento das lutas fratricidas, quer contribuir com a pacífica manifestação da sua vontade para que o Brasil se reintegre na paz entre os seus filhos e retome o caminho da concórdia, que lhe é indicado pelo sentimento nacional e pelas experiências da sabedoria política.

Que nas urnas presidenciais se processe o soberano plebiscito do Brasil. Votar em Getúlio Vargas será votar pela anistia; votar contra Getúlio Vargas será votar pela divisão ostensiva da família brasileira.

Saindo, como saímos, de um período conturbado por agitações excepcionais, lógico é, e compreensível, que o nosso esforço em favor do apaziguamento não se detenha na sustentação da necessidade, apenas, de decretar-se imediatamente a anistia.

Também as leis de exceção devem ser revistas; e essa revisão se impõe como consequência natural da anistia, que, sem essa medida complementar, seria esforço parcial e incompleto em favor da paz entre os brasileiros.

O direito dos direitos

Mas não basta que os brasileiros vivam em paz. Nas democracias, a paz sem agitação de idéias e sem o pleno exercício dos direitos políticos, não é paz, mas estagnação. A paz na República não pode ser como a tranqüilidade dos mangues, que é decomposição. Ora, em todo regime de pensamento livre, o direito político fundamental, o direito que prima sobre os demais, o direito dos direitos é o que assegura ao povo liberdade na escolha dos seus governantes. Como decorrência desse postulado, afirma-se em toda república normalmente organizada o princípio de que não é lícito aos homens, que a administram, indicar, escolher, e menos impor os seus substitutos.

Em manifesto político, que é majestosa lição de direito público e verdadeira carta moral das democracias, fez Rui Barbosa a demonstração irrefutável de que "nos Estados Unidos, cujas instituições não fizemos senão adaptar com a Constituição Brasileira de 1891, pela esperança que entretínhamos, desde 1831, de as imitar, nunca os chefes do Poder Executivo se arrogaram a prerrogativa de indicar os seus sucessores".

Essa função – acrescenta – exercem-na ali, sem contraste, as *nominating conventions*, as convenções designativas, onde cada

um dos partidos, em vastas assembléias populares, escolhe os seus candidatos aos cargos eletivos da administração pública, na União e nos estados.

Não está consignada na letra das Constituições essa franquia democrática. Mas sendo, como é da essência do regime, por ser da essência do governo de partidos, entra na categoria das que, embora não consignadas em textos declarativos, assentam na parte inscrita não menos relevante do que a parte escrita, do sistema constitucional.

Nem é, aliás, a identidade dos dois textos constitucionais razão exclusiva a ser invocada na matéria. Também na Argentina, os depoimentos dos maiores vultos da nacionalidade não indicam diverso procedimento. Sarmiento encontrava nessa prática abusiva dos governos um dos malefícios mais evidentes contra a tranqüilidade pública. Se é certo que, como em toda parte, também na Argentina o princípio tem sofrido infrações, menos certo não é que um Presidente da República, nos nossos dias, já não ousaria ali praticar medidas de compreensão em benefício do candidato da sua preferência. De um número maior ou menor de iniciativas políticas e administrativas dependia, no consenso geral, a vitória do Sr. Leopoldo Melo à Presidência da República, na última campanha sucessória. O presidente Alvear, não obstante haver adotado essa candidatura, preferiu entregar o governo ao seu competidor, que era também seu inimigo pessoal, a comprometer a majestade do poder em luta partidária. Isso é lição dos nossos dias, acontecia na imediata vizinhança do nosso território.

A nossa tradição

Razões não temos, porém, para envergonhar-nos da nossa própria tradição na matéria. Essa tradição está firmada em nobres procedimentos e altas lições de ética política. Que a tradição da nossa política se exprime categoricamente pela não-intervenção do presidente na escolha de seu sucessor é conclusão que decorre meridianamente de atos e palavras dos vultos culminantes na história republicana.

Talvez nenhum Presidente da República chegasse a enfeixar nas suas mãos soma de poder e evidências de prestígio de longe comparáveis às de Floriano Peixoto. E não obstante, o consolidador, em época anormal da nossa vida política, não deu um passo para a escolha de seu substituto. Foi a eleição de Prudente de Moraes o início, por assim dizer, da nossa vida constitucional no novo regime. Estava o país conturbado por luta intestina, a guerra civil pusera em risco a própria estabilidade da República: não obstante, chegado o momento de escolher-se o substituto do segundo presidente militar, ele soube ser digno das suas responsabilidades excepcionais, e permitiu que o candidato surgisse livremente da escolha dos chefes mais autorizados na política nacional. O Brasil entrava, assim, na prática consti-

anais da nossa história. Teve o Presidente da República nas suas mãos, por duas vezes, a possibilidade de harmonizar a política nacional. Apressamo-nos em levar diretamente a Sua Excelência as seguranças de que os nossos candidatos não seriam obstáculo à pacificação; um e outro desistiriam da apresentação dos seus nomes, contanto que o nome a ser escolhido reunisse a confiança de todas as correntes partidárias. No caso, éramos nós que assumíamos a atitude calma, desapaixonada, superior e imparcial, que corresponde a um chefe de nação. Negando-se a aceder aos nossos propósitos conciliatórios, era Sua Excelência mesmo quem ostensivamente, se colocava na posição de chefe do partido. Em vez de chefe da nação, chefe de facção.

Um apelo para o futuro

Eis por que, na verdade, a hora agitada que vivemos tem a dolorosa significação de um crepúsculo da República. Parecia as conquistas mais altas da nossa consciência coletiva, retrocederíamos quase meio século sobre luminosos trechos já percorridos dos destinos nacionais, se a voz do nosso protesto não se levantasse contra a usurpação moral que se pretende consumir. O nosso protesto contra o desvirtuamento atual do regime fortalece-se nos exemplos do passado e, através de todas as dificuldades e vicissitudes do presente, apela para a decisão do futuro. Os dias, que hão de vir, dúvidas não poderão deixar sobre a justiça da nossa causa. A lei vital que rege os destinos dos povos impele-os para o futuro, nunca os deixa volver sobre o rastro dos próprios passos.

Desfraldamos a bandeira dos nossos direitos, que são os direitos do povo brasileiro e, confiantes na vitória fatal das nossas idéias, esperamos, sem incertezas nem vacilações, o *verdictum* das urnas.

Os nossos candidatos aos supremos postos da República, os Drs. Getúlio Dorneles Vargas e João Pessoa, amplamente consagrados já pelo julgamento insuspeito do país, e cujos nomes acabam de ser aclamados por esta convenção, devem assumir o compromisso, perante a consciência do Brasil, de que serão dignos dos sagrados motivos morais e cívicos que lhes conferiram e impuseram tamanhas e tão gloriosas responsabilidades, na reivindicação dos direitos postergados e conculcados da nação.

A par e em perfeita concomitância com as razões fundamentais e imediatas da nossa atitude, que são a de não reconhecer ao presidente capacidade para escolher e impor o seu substituto, e a de fazer da próxima eleição um plebiscito em que o povo brasileiro se manifeste a favor ou contra a anistia, outras se levantam que carecem aqui de sucinta explanação.

Que o nosso sistema eleitoral não corresponde às necessidades e aspirações do país e longe está de permitir a exata representação das opiniões políticas é asserto, que se pode, na verdade, considerar como definitivamente comprovado pela prática. E não é sem dolorosas razões de constrangimento

que se nos impõe a aferição de que somos ainda, neste particular, um dos estados de maior atraso no continente.

Outros países, vizinhos ao nosso, já compreenderam de há muito que só existe um caminho seguro para evitar as desordens políticas, os sobressaltos na tranqüillidade pública e prevenir definitivamente os desastres das guerras civis. Esse caminho é o da perfeita, da rigorosa representação da vontade popular. Na infância das nacionalidades americanas, dava o Brasil a esses povos, flagelados pelo caudilhismo e atormentados pela anarquia, lições de sociabilidade política, de apelo à ordem, de respeito aos poderes constituídos. Hoje, parados nós a meio da jornada, podem alguns dentre eles gloriar-se de possuírem os aparelhos legais mais adiantados para o registro seguro e inviolável da opinião eleitoral.

Não é possível, não é admissível que o Brasil continue atado ao grosseiro regime de mistificações eleitorais, que tantos males lhe tem trazido à ordem pública. País de enorme extensão territorial, de fraca densidade demográfica, de paupérrima percentagem de alfabetização, e apresentando, ademais para as necessidades práticas da legislação, as mais impressionantes diferenças de níveis culturais, difficilímo é, sem dúvida, e de desconcertante complexidade, o problema da representação eleitoral entre nós. Mas, porque de difficil solução, por nada se justifica o deixemos, como o temos deixado, completamente baldio das atenções e dos estudos dos poderes públicos. É, pelo contrário, essa mesma dificuldade que nos deve impor, como irrecusável, a obrigação de não abandonar, por um momento, o exame do problema eleitoral brasileiro. Essa é, no momento, a mais instante das necessidades na remodelação do nosso arcabouço legal. Sem eleições honestas, não há vida pública digna desse nome.

Impressiona, desde logo, ao mais superficial dos observadores, a pobreza numérica dos nossos registros eleitorais. Estados há, e não são poucos, em que a percentagem dos eleitores não atinge 5%. Não entremos, agora e aqui na pesquisa das razões profundas, que determinam esse alheamento popular pela vida funcional da República. Observemos, apenas, que corre ao legislador a obrigação de, por medidas oportunas, evitar, em quanto lhe esteja ao alcance, esse afastamento do povo dos comícios eleitorais.

Creemos, por isso, que na reforma do nosso sistema eleitoral, a primeira condição a ser atendida deve ser a da inscrição automática dos eleitores. Todo indivíduo nascido no Brasil, ao chegar à maioridade, desde que saiba ler e escrever e não haja incorrido em pena, que lhe imponha a perda dos direitos civis e políticos, será automaticamente inscrito nos registros cívicos. As dificuldades, muitas vezes insuperáveis, que hoje se opõem, como chicana política, aos alistandos, devem desaparecer das nossas práticas eleitorais.

Muito se discute, em toda parte, a obrigatoriedade do voto. Em princípio, pode preconizar-se, como supremo ideal, a liberdade que assiste

a todo indivíduo, de votar ou não. Mas em país como o nosso, cujo maior defeito é, talvez, o do absenteísmo eleitoral, afigura-se-nos aconselhável, como experiência, a obrigatoriedade do voto.

Voto secreto

Vivemos, pela ficção legal, no regime do voto secreto. Apenas nas eleições estaduais do Rio Grande do Sul praticava-se, até o ano de 1923, o voto público: o eleitor rubricava com a sua assinatura a cédula, que depunha nas urnas. Mas mesmo a exceção rio-grandense já foi cancelada no nosso mapa político.

A única questão de fato que hoje existe é, pois, a seguinte: há de o voto, que já é legalmente secreto, ser passível de fraude, como ora acontece, ou deve a lei, pelo contrário, protegê-lo e tornar inviolável a própria condição diferencial, que ela expressamente lhe atribui e define?

Colocada a questão nestes termos, que caracterizam na verdade os seus contornos reais e de boa-fé indiscutíveis, quer nos parecer que não haja uma única inteligência, forrada de medianos atributos morais, que possa aconselhar a continuação da monstruosidade praticada no Brasil, em matéria de voto. Se a lei instituiu o voto secreto e não o público, de preliminar honestidade é que o voto seja realmente sigiloso. Mas, se por essa ou aquela razão, o voto fechado não convém às situações políticas dominantes no país, por que já não reformam a lei eleitoral, tornando-o honestamente aberto à prévia e posterior fiscalização de toda gente? O que não pode continuar é a situação atual. Ela representa uma mistificação, que nos envergonha, e vale por uma hipocrisia, que nos deprime.

Os republicanos rio-grandenses, na verdade não são chamados a esse debate que se circunscreve praticamente aos partidários do voto secreto. Mas, por uma simples questão de lógica, de bom senso e ainda de defesa doutrinária do voto público, eles não poderiam, a plena evidência, acumpliciar-se com os que nada mais têm feito e querem continuar fazendo do que desmoralizar, na mais indefensável das acomodações, tanto o voto público quanto o secreto.

Punição das fraudes

Claro está, entretanto, que nenhuma destas medidas, altamente aconselháveis na nossa vida política, poderá pretender o menor alcance real, se todas elas não forem completadas por um conjunto de disposições, que cominem severa punição por fraudes cometidas em todas as fases do processo eleitoral. Esse um dos pontos mais importantes a ser atendido na reforma que preconizamos. É preciso que o povo tenha confiança nos resultados eleitorais. E desde que a prática das fraudes e compressões continue impune e sirva, como hoje acontece, para recomendar os manejadores de eleições ao

apreço dos seus mandantes, todo esforço em prol da melhoria dos nossos costumes políticos terá sido basilarmente inútil.

Eleições honestas impõe reconhecimentos honestos. O terceiro escrutínio tem sido uma das causas mais flagrantes do ceticismo popular em matéria eleitoral. Deponhamos, entretanto, que se reconhecimentos políticos têm sido praticados em todas as épocas, no Brasil, isso se deve, em parte, à generalizada convicção de que os resultados eleitorais não representam, também, a lídima expressão da vontade do povo. Movemo-nos, assim, dentro das angústias de um círculo vicioso: o povo não faz sentir a sua vontade nas urnas, porque não acredita na eficácia de seu esforço; os políticos não se crêem religiosamente obrigados ao respeito das atas eleitorais, porque não acreditam, por sua vez, que nelas se manifeste a indiscutível determinação da soberania nacional. Eis por que todas essas medidas devem ser tomadas em conjunto, por forma que da sua adoção decorra o início de uma verdadeira vida nova na República.

O sistema eleitoral de voto cumulativo e lista incompleta é universalmente considerado um dos mais imperfeitos, deficientes e rudimentares. Urge substituí-lo pelo sistema da representação proporcional, adotada, hoje em dia, pelas legislações mais adiantadas do mundo.

Poder político e poder partidário

Ninguém, em nenhuma sociedade civilizada, ousaria discutir ainda hoje as conveniências da separação entre o poder público e o poder partidário. O poder partidário faz o poder público, mas o poder público, por nenhuma forma, deve fazer o poder partidário. No Brasil, a prática, que se pode dizer quase uniforme, tem consistido precisamente no contrário: é o poder público, é o governo que faz, ampara, tonifica, aparelha de recursos o poder partidário, no qual, por sua vez, descansa e confia. É o *do ut des* mais perfeitamente organizado em benefício dos que governam: é a oligarquia, é a doença mais grave da República. Urge, pois, separar o poder público do poder partidário, por meio de adequada legislação, que dê aos partidos existência legal, que lhes defina a personalidade, os deveres e as responsabilidades. Os governos não se devem confundir com os partidos, nem os partidos com os governos.

Depois de amplamente desenvolvidos e convertidos em lei esses princípios do nosso programa referente às reformas eleitorais, teremos atingido a possibilidade, pela qual o país inteiro anseia, de considerar desonrado e indigno todo aquele que cometer fraudes, aproveitar delas e reconhecer os seus beneficiários.

Instrução pública

Não haveria possibilidade de elevarmos o nível da nossa política, sem que curássemos paralelamente de difundir a instrução em todos os seus graus. Lamentável é, no que se refere ao problema do ensino, a situação

pública, e quando o seu administrador gastava fortunas no embelezamento urbano, destinado a atrair para ela os forasteiros de todo mundo, irrompesse de novo a febre amarela. Essa, a evidência mais impressionante, hoje, das nossas deficiências em matéria de higiene. Mas se observarmos que a mortalidade infantil, que, no Rio de Janeiro, em 1900, era de cerca de 180 óbitos de crianças até um ano de idade, em cada milheiro de nascimento, mais ou menos, nessa mesma altura perdurava em 1910, como no mesmo nível aproximadamente se mantinha em 1920, e em torno dessa média ainda hoje se deixa ficar, havemos de concluir, por certo, que a higiene pública, mesmo na capital da República, não se tem desenvolvido como seria para desejar. No mesmo espaço de tempo acima assinalado, a mortalidade infantil em Nova York decrescia progressivamente, de taxa muito aproximada a do Rio de Janeiro, para 150, 100, 90, 80, 70. (Dr. J. P. Fontenelle,

A profissão sanitária).

Razão de sobra assistia, pois, ao Dr. Getúlio Vargas quando, não há muito, afirmava que a instrução, a educação e o saneamento formam a trilogia que está a reclamar o estudo e a ação de um governo verdadeiramente bem-intencionado. E acrescentava: "É tempo, enfim, de encarar a necessidade de valorizar o homem, por meio da instrução pública, pela educação profissional e pelo saneamento de vastas regiões ainda assoladas por enfermidades endêmicas".

Por essa mesma ocasião, lançava o Dr. Getúlio Vargas a idéia da criação do Ministério da Saúde Pública. E dizia: "Essa repartição coordenadora, esse novo ministério, em suma, harmonizaria seus trabalhos com os serviços organizados nos estados, dando-lhes maior eficiência, do mesmo passo que proveria de recursos as outras unidades da federação, que deles não dispusessem, por força de escassez de meios financeiros. Enfrentar-se-ia, assim, pela primeira vez, com método e máxima amplitude o problema da valorização da raça, sob o tríplice aspecto moral, intelectual e econômico".

Ordem social

Bem ao contrário da afirmação que corre como ofensiva, senão como oficial, de que "o problema social no Brasil é uma questão de política", e a que o Sr. Vandervelde, entre confuso e espantado, deu notoriedade européia, nós estamos convencidos, e convencida está a nação inteira, de que também aqui, como em todos os países civilizados, o problema social existe. Existe a questão social porque não poderia deixar de existir: existe nas cidades, nas vilas, nos campos; no comércio, nas indústrias urbanas, na lavoura, nas indústrias extrativas; existe por força da imigração, que fugirá aos nossos portos, se não protegemos convenientemente os trabalhadores alienígenas. A existência da questão social entre nós nada tem de grave ou de inquietador: ela representa um fenômeno mundial, é demonstração de vida, de progresso. O que de inquietador e grave aparece no Brasil é a preocupação

de ignorar oficialmente a existência de problemas dessa natureza e desse alcance.

O desprezo oficial pela sorte dos trabalhadores brasileiros pode ser verificado através do esquecimento do governo em cumprir sua própria palavra, solenemente empenhada, no estrangeiro e chancelada pela assinatura de delegados plenipotenciários nossos. Somos, como ninguém ignora, membro do *Bureau* Internacional do Trabalho, que funciona em Genebra, como dependência da Sociedade das Nações. Parece, segundo todas as evidências, que muito nos empenhamos em fazer parte dessa instituição: — primeiro, porque nos retiramos da liga e permanecemos no *Bureau*; segundo, porque, posta em dúvida, no próprio selo do *Bureau*, a legitimidade da nossa presença ali, os nossos delegados não pouparam argumentos no sentido de demonstrar a boa procedência jurídica em que estribávamos o nosso *animus manendi*.

A nossa contribuição anual para o *Bureau* do Trabalho e a Corte de Justiça de Haia é aproximadamente de 450 contos, papel. Admitindo que desses 450 contos a metade se destine ao *Bureau* de Genebra, e considerando que a instituição tem já dez anos de existência, concluímos, que a nossa presença na Repartição Internacional do Trabalho já nos custa, só em quotas anuais, para mais de 2.200.000\$. Acrescentando a esta cifra as gratificações correspondentes a três delegados, um governamental, outro patronal e outro proletário, com os quais comparecemos às discussões à margem do Léman, não se faz estimativa exagerada calculando no mínimo de dois mil e quinhentos contos o preço da nossa presença do *Bureau*.

Pois bem, a Assembléa de Genebra votou, até hoje, trinta e poucas convenções. Pela organização da Repartição Internacional, todos os estados que dela fazem parte obrigam-se a enviar, no prazo máximo de um ano, os projetos de convenções, votados pela conferência, à autoridade nacional competente para ratificar os tratados, isto é, aos respectivos parlamentos. Das trinta e uma ou trinta e duas convenções votadas até agora e assinadas pelo Brasil, no decurso de dez anos, apenas seis chegaram ao Congresso Nacional, e dessas seis ali nenhuma teve andamento!

Os dois mil e quinhentos contos, no mínimo, que nos custam os nossos assentos nas deliberações do *Bureau* Internacional do Trabalho, não tiveram ainda, assim, o menor resultado prático em benefício dos trabalhadores brasileiros.

Começaremos por examinar cuidadosamente todas essas convenções até agora votadas, a fim de aplicá-las, na medida do possível, às necessidades do Brasil.

A liberdade sindical para todas as indústrias e profissões e para os proletários em geral, é, hoje, princípio vitorioso no mundo.

A proteção aos interesses dos operários deve ser completa. A conquista das oito horas de trabalho, o aperfeiçoamento e a ampliação das

leis de férias, dos salários mínimos, a proteção das mulheres e dos menores, todo esse novo mundo moral que se levanta, nos nossos dias, em amparo do proletariado, deve ser contemplado pela nossa legislação, para que não se continue a ofender os brios morais dos nossos trabalhadores com a alegação de que o problema social no Brasil é um caso de polícia.

Justiça

A reorganização da Justiça Federal é também uma das necessidades mais prementes do momento. Não há justiça boa quando é tarda.

Impõem-se a criação dos tribunais regionais, aspiração generalizada em todo o país, e que vem sendo lamentavelmente procrastinada.

Todos quantos têm responsabilidade na organização e na vida da Aliança Liberal consideram compromisso de honra a defesa de quantos princípios assegurem a independência da magistratura.

Funcionalismo

Costuma dizer-se que é o funcionalismo público um dos males que assoberbam o país. A afirmação é apressada e, por isso mesmo, inexata. Sem dúvida, é preciso opor barreiras ao filhotismo e ao parasitismo, verdadeiras pragas, que nos infelicitam. Mas, porque entre a laboriosa e sacrificada classe dos servidores do Estado haja aproveitadores, que percebam dinheiros do erário público em retribuição a sua dourada ociosidade, não se haveria de concluir que a sorte dos verdadeiros funcionários não merecesse a máxima simpatia dos poderes competentes. O estatuto do funcionalismo público já não deve ter retardada a sua criação.

Ordem econômica

Na ordem econômica, impõem-se em primeiro lugar o amparo à agricultura. Essa é uma recomendação a que nenhuma plataforma de governo deixaria de fazer referência. No entanto, é preciso reconhecer que a produção agrícola do país está muito longe de apresentar o desenvolvimento que seria para desejar.

Falando sobre a coluna mestra da nossa economia, que é o café, afirmou já o Dr. Getúlio Vargas que está de acordo com a política de defesa do nosso principal produto de exportação. Não será demais acrescentar, entretanto, que os métodos atuais de defesa precisam ser cuidadosamente revistos, por forma a darem maior elasticidade às iniciativas dos produtores e garantirem mais abundante colocação nos mercados de consumo.

Não devemos perder de vista, outrossim, que à sombra da defesa do café brasileiro está-se incrementando a produção cafeeira em várias regiões do mundo, notadamente da América.

Grave erro tem sido não se promover a celebração de um convênio internacional, para salvaguarda de interesses comuns, com os produtores

públicos e a condenação absoluta dos processos de contabilidade oculta, dentro dos quais ressaltam, como padrão inconfundível, as despesas do governo feitas por intermédio do Banco do Brasil. Fora de dúvida, por outro lado, que, como base da receita, o nosso regime tributário exige modificações tendentes à diminuição dos impostos indiretos, que oneram as classes mais necessitadas.

O Distrito Federal

No Distrito Federal, retomamos o programa da sua autonomia política e administrativa. Não tem cabimento, no caso, a alegação de que o distrito da Colúmbia, nos Estados Unidos, por ser a capital do país, carece da faculdade da *self-determination*. A hipótese, como todos sabem, não é a mesma, porque, na verdade, o regime heteróclito do nosso Distrito Federal se afasta em muito do modelo norte-americano.

Um dos argumentos, que geralmente se invoca para embaraçar a outorga da autonomia administrativa à capital da República, é que a complexidade dos seus problemas impõe e exige a tutela imediata do Governo Federal, seu hóspede provisório. Esse argumento está completamente desmoralizado pela prática. A administração do Distrito Federal avizinha-se, hoje, da falência. Os algarismos das mensagens atuais já não merecem fé. Em presença do *descalabro*, que aí se patenteia aos olhos de todos, queremos crer que a cidade do Rio de Janeiro, se pudesse livremente escolher os seus administradores, não estaria, como está, com a sua situação financeira beirando o abismo.

Em face da completa falência da tutela federal, somos, pois, pela autonomia do distrito.

Exército e Marinha

Não foi possível no atual governo atender, como fora para desejar, às necessidades mais prementes do Exército e da Armada nacionais. Tanto as forças de terra quanto a Marinha precisam de ser providas do aparelhamento técnico e das unidades necessárias a sua integração. Também a esse particular, já está expressa a opinião do Dr. Getúlio Vargas. Não é sem razão que S. Exa. pondera que a falta desses elementos anula o esforço e o zelo que as nobres classes armadas têm pelo seu ofício, tão intimamente ligado aos problemas vitais da nacionalidade.

Abordamos aqui apenas, e tão rapidamente quanto possível, alguns dos aspectos mais importantes da nossa atualidade política, econômica e financeira.

Óbvio é que todas essas idéias de alcance prático serão oportunamente retomadas pelos nossos candidatos, que lhes hão de dar o necessário desenvolvimento na sua plataforma de governo.

As obras contra a seca

Mas não encerraremos essa exposição dos pontos capitais do nosso programa de realizações administrativas sem uma referência, que se impõe, ao problema do Nordeste.

Preferimos fazê-lo, porém, dando a palavra ao nosso candidato. Eis como o assunto é encarado pelo Dr. Getúlio Vargas:

Não já apenas como imposição do espírito de fraternidade, mas como exigência de imediata significação econômica, é preciso que a atenção dos poderes públicos federais se volte, de novo, para a vasta região do Nordeste, de prodigiosa fertilidade, habitada por milhares de brasileiros, sujeita ao flagelo periódico das secas.

Torna-se inadiável retomar o plano humanitário de amparo à população e de valorização econômica do território, de acordo com as idéias do eminente senador Epiácio Pessoa, que lhes deu execução quando na Presidência da República.

Os trabalhos devem obedecer a um plano rigorosamente técnico, abrangendo o estudo e levantamento do terreno, a cultura das terras, a abertura de estradas, a construção de obras de barragens e de irrigação, para criação de centros produtores permanentes. Falo às pressas e por alto, como não podia deixar de ser, numa simples palestra. Creio que tem raízes fundas na minha sensibilidade de brasileiro e no meu pensamento de homem público a preocupação pela sorte das populações do Nordeste, cuja fortaleza física é tão grande que lhes tem permitido resistirem, sozinhas, à conjugação dantesca do clima e da nossa inclassificável imprevidência.

Os nossos candidatos

Em uma campanha como a nossa, orientada em torno de altos e nobres princípios de pureza republicana, de reivindicações democráticas, de modificações profundas na prática do regime e encaminhada para a construtora realização de pontos concretos de um programa econômico e financeiro, quase se torna inútil o elogio dos homens indicados pela confiança geral para encarnar esses princípios e esse programa.

O Dr. Getúlio Dorneles Vargas, nosso candidato à Presidência da República no próximo quadriênio, é uma das afirmações de maior relevo na política do Rio Grande do Sul. A sua atividade pública deita raízes no tempo em que ainda freqüentava a Escola de Direito de Porto Alegre. Deputado estadual, relator da Comissão de Orçamento da Assembléia dos Representantes do seu estado, deputado federal, líder da sua bancada na Câmara dos Deputados, ministro da Fazenda do atual governo da República, presidente de seu estado, poucas serão, realmente, as carreiras públicas que o

Brasil se hajam afirmado, assim vitoriosamente, em tão breve espaço de tempo.

Melhor do que nós, entretanto, falará em favor do nosso candidato o Sr. Dr. Washington Luís Pereira de Sousa, a quem, *data venia*, transferimos a palavra, para repetir aqui o que S. Exa. disse da personalidade do Dr. Getúlio Vargas, no banquete realizado no Palácio do governo, a 17 de dezembro de 1927:

Conhecia eu, e muito bem, as grandes qualidades de espírito e de caráter, que já nos tinha levantado *leader* na digna, ativa e devotadamente republicana representação rio-grandense-do-sul, as quais, sem a menor dúvida, vos levariam a outros mais altos e mais delicados postos, bem cedo para nós.

De fato, a vossa atuação, no Ministério da Fazenda, rápida, mas proveitosa, veio confirmar amplamente as nossas esperanças confiantes.

Com uma dedicação assídua e silenciosa ao imenso e árduo labor quotidiano, que assoberba os departamentos administrativos, sem que transparecessem sinais de fadiga ou mostras de impaciência; com uma inteligência fina, adelgada por estudos conscienciosos, brandamente se desvencilhando e desmanchando dificuldades, que se apresentam sempre novas, mesmo quando embuçam velhas normas; com uma lealdade perfeita nas atitudes, que, ao mesmo tempo, dá conforto e traz descanso aos companheiros; com tolerância, ação feita de serenidade indulgente nos julgamentos, tranqüillidade no decidir, resistência suave, se bem que tenaz no executar, a vossa colaboração eficaz, neste primeiro quadrante do período governamental, ocupa largo e claro espaço.

Estas justíssimas palavras do Sr. Presidente da República, com referência ao eminente candidato da Aliança Liberal, devem ser trazidas, agora, à lembrança da nação. Elas têm o valor de um julgamento sereno, proferido após um ano de íntimo e quotidiano convívio, no qual as qualidades do ministro diligente e capaz, discreto e enérgico, conseguiram impor-se ao definitivo apreço do primeiro magistrado da República.

Todas essas relevantes qualidades do Dr. Getúlio Vargas acentuaram-se ainda mais, e entraram em plena e vitoriosa afirmação, no governo do Rio Grande do Sul. A sua política liberal e equânime suscitou ali, como em todo o país, desde logo, a mais entusiástica admiração.

Estamos certos de que, entre tantos nomes que bem poderiam, nesta hora, merecer os sufrágios da nação, para o seu posto supremo, o Dr. Getúlio Vargas ressalta como um dos mais dignos pelas suas qualidades de inteligência e caráter, aprimoradas numa das carreiras públicas mais

brilhantes e proveitosas, que se conhecem contemporaneamente, no cenário da República.

O Dr. João Pessoa, depois de haver sido, por largos anos, íntegro juiz do Supremo Tribunal Militar, onde se recomendou ao apreço dos seus colegas e ao respeito da opinião pública, não se quis esquivar ao dever moral de prestar os seus esclarecidos serviços no governo da Paraíba. Tal como o Dr. Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul, o Dr. João Pessoa vem realizando no nobre estado nordestino um governo brilhante e profícuo, tolerante e liberal. O seu nome, nas condições atuais da política brasileira, estava naturalmente indicado para completar o binômio com que a Aliança Liberal se apresenta aos sufrágios da nação.

O nosso apelo

Nada de essencial, no momento, nos falta dizer. Desfraldamos a bandeira da regeneração republicana, em obediência a sagrados imperativos da consciência nacional. O povo brasileiro, nosso juiz e nosso amparo, decidirá nas urnas, que devem ser livres e honestas, de 1º de março, quem melhores credenciais oferece para o governo do país.

Tomando por testemunha a nação brasileira, deixamos aqui o nosso apelo de honra ao Sr. Presidente da República, para que S. Exa não insista em desvirtuar as responsabilidades do seu cargo, intervindo ostensivamente, como chefe de facção, na luta eleitoral ora em curso.

Quando as urnas refletem a livre opinião do povo, não pode haver desdouro numa derrota eleitoral. Esforcemo-nos todos por elevar, com as palavras e os exemplos, o nível da nossa cultura política. Se vencedores os nossos candidatos, como firmemente esperamos, eles continuarão a praticar, no governo da República, as normas de absoluta honestidade e respeito à vontade popular, que vêm realizando nos seus estados.

Falamos à nação com a máxima franqueza. Que ela nos julgue e decida, de conformidade com a sua vontade, que é, nas democracias, a fonte legítima de todo poder.

DISSIDÊNCIA DE LUÍS CARLOS PRESTES

176.1 - MANIFESTO DE LUÍS CARLOS PRESTES

(MAIO 1930)

Ao proletariado sofredor das nossas cidades, aos trabalhadores oprimidos das fazendas e das estâncias, à massa miserável do nosso sertão e muito especialmente aos revolucionários sinceros, aos que estão dispostos à luta e ao sacrifício em prol da profunda transformação por que necessitamos passar, são dirigidas estas linhas.

Despidas de quaisquer veleidades retóricas, foram elas escritas com o objetivo principal de esclarecer e precisar a minha opinião a respeito do momento revolucionário brasileiro e mostrar a necessidade de uma completa modificação na orientação política que temos seguido, a fim de podermos alcançar a vitória almejada.

A última campanha política acaba de encerrar-se. Mais uma farsa eleitoral, metódica e cuidadosamente preparada pelos politíqueiros, foi levada a efeito com o concurso ingênuo de muitos e de grande número de sonhadores ainda não convencidos da inutilidade de tais esforços.

Mais uma vez os verdadeiros interesses populares foram sacrificados e vilmente mistificado todo o povo, por uma campanha aparentemente democrática, mas que no fundo não era mais do que a luta entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas, apoiadas e estimuladas pelos dois grandes imperialismos que nos escravizam e aos quais os politíqueiros brasileiros entregam, de pés e mãos atados, toda a nação.

Fazendo tais afirmações, não posso, no entanto, deixar de reconhecer entre os elementos da Aliança Liberal grande número de revolucionários sinceros, com os quais creio poder continuar a contar na luta franca e decidida que ora proponho a todos os opressores.

É bem verdade que, em parte por omissão e em parte por indecisão, fomos também cúmplices da grande mistificação. Silenciamos enquanto os liberais de todos os matizes e categorias, dos da primeira aos da última hora, abusaram sempre do nome da revolução e particularmente dos seus chefes. Houve quem afirmasse, de uma tribuna política, apoiar politicamente os liberais por ordem de seus chefes revolucionários. Não foi desmentido. A caravana política ao norte do país, para melhor aproveitar do profundo espírito revolucionário dos mais sofrendores dos nossos irmãos, os nordestinos, fez toda a sua propaganda em torno da revolução e, no entanto, era um dos seus membros de destaque o atual diretor de *A Federação*, órgão que traduz e melhor interpreta os pensamentos dos reacionários do Sul.

Apesar de toda essa demagogia revolucionária e de dizerem os liberais propugnarem pela revogação das últimas leis de opressão, não houve dentro da Aliança Liberal quem protestasse contra a brutal perseguição política de que foram vítimas as associações proletárias de todo o país, durante a última campanha eleitoral e no próprio Rio Grande do Sul, em plena fase eleitoral, foi iniciada a mais violenta perseguição aos trabalhadores em luta por suas próprias reivindicações. São idênticos os propósitos reacionários das oligarquias em luta.

A tudo assistimos calados, sacrificando o prestígio moral da revolução, sempre crentes no milagre que seria a eventualidade de uma luta armada entre as duas correntes em choque, e que desta luta entre os dois interesses pudesse talvez surgir a terceira corrente, aquela que viesse satisfazer realmente as grandes necessidades de um povo empobrecido, sacrificado e oprimido por meia dúzia de senhores que, proprietários da terra e dos meios de produção, se julgam a elite capaz de dirigir um povo de analfabetos e desfibrados, na opinião deles, e dos seus sociólogos de encomenda.

De qualquer forma o erro foi cometido e é dele que nos devemos penitenciar publicamente, procurando com toda a clareza e sem receios de qualquer ordem, qual o verdadeiro caminho a seguir para levar para diante a bandeira revolucionária, que hoje - mais do que nunca - precisamos sustentar. Sirva-nos para alguma coisa a experiência adquirida e dediquemo-nos, com coragem, convicção e real espírito de sacrifício à luta pelas verdadeiras reivindicações da massa oprimida.

A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável e outras panacéias, nada resolvem, nem podem de maneira alguma interessar à grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes.

Não nos enganamos. Somos governados por uma minoria que, proprietária das terras das fazendas e latifúndios e senhora dos meios de

produção e apoiada nos imperialismos estrangeiros que nos exploram e nos dividem, só será dominada pela verdadeira insurreição generalizada, pelo levantamento consciente das mais vastas massas das nossas populações dos sertões e das cidades.

Contra as duas vigas-mestras que sustentam economicamente os atuais oligarcas, precisam, pois ser dirigidos os nossos golpes – a grande propriedade territorial e o imperialismo anglo-americano. Essas as duas causas fundamentais da opressão política em que vivemos e das crises econômicas sucessivas em que nos debatemos.

O Brasil vive sufocado pelo latifúndio, pelo regime feudal da propriedade agrária, onde se já não há propriamente o braço escravo, o que persiste é um regime de semi-escravidão e semi-servidão.

O governo dos coronéis, chefes políticos, donos da terra, só pode ser o que aí temos: opressão política e exploração impositiva.

Toda a ação governamental, política e administrativa, gira em torno dos interesses de tais senhores que não medem recursos na defesa de seus privilégios. De tal regime decorrem quase todos os nossos males. Querer remediá-los pelo voto secreto ou pelo ensino obrigatório é ingenuidade de quem não quer ver a realidade nacional.

É irrisório falar em liberdade eleitoral, quando não há independência econômica, como de educação popular, quando se quer explorar o povo. Vivemos sob o jugo dos banqueiros de Londres e Nova York.

Todas as nossas fontes de renda dependem do capitalismo inglês ou americano, em cujo poder estão também os mais importantes serviços públicos, os transportes e as indústrias em geral. Os próprios latifúndios vão passando, aos poucos, para as mãos do capitalismo estrangeiro. A eles já pertencem as nossas grandes reservas de minério de ferro do estado de Minas Gerais, extensas porções territoriais do Amazonas e do Pará, onde talvez estejam os nossos depósitos petrolíferos.

Todas as rendas nacionais estão oneradas pelos empréstimos estrangeiros.

Dessa dependência financeira decorre naturalmente um regime de exploração semifeudal, em que se desenvolve toda a nossa economia.

Os capitais estrangeiros investidos na nossa produção provocam um crescimento monstruoso em nossa vida econômica, tendente exclusivamente à exploração das riquezas naturais, das fontes de matérias-primas, reservado o mercado nacional para a colocação dos produtos fabricados nas metrópoles imperialistas.

A atividade desse capital só pode, portanto, ser prejudicial ao país. Dessa forma, todo o esforço nacional, todo o nosso trabalho é canalizado para o exterior.

Por outro lado, a luta evidente pelo predomínio econômico entre os dois imperialismos que nos subjagam e colonizam, prepara, com o auxílio do nosso governo nacionalista e patriota, o esfacelamento da nação.

A verdadeira luta pela independência nacional deve, portanto, realizar-se contra os grandes senhores da Inglaterra e contra o imperialismo e só poderá ser levada a efeito pela verdadeira insurreição nacional de todos os trabalhadores.

As possibilidades atuais de tal revolução são as melhores possíveis.

A crise econômica que atravessamos, apesar dos anunciados saldos orçamentários e da proclamada estabilidade monetária, é incontestável. Os impostos aumentam, elevam-se os preços dos artigos de primeira necessidade e baixam os salários. A única solução encontrada pelos governos, dentro das contradições do regime em que se debatem, são os empréstimos externos com uma maior exploração da nossa massa trabalhadora e conseqüente agravamento da opressão política. Na situação internacional é, por outra parte, de grandes dificuldades para os capitalismo que nos dominam, a braços com os mais sérios problemas internos, como o da desocupação de grandes massas trabalhadoras e as insurreições nacionalistas de suas colônias.

Além disso, o Brasil, pelas suas naturais riquezas, pela fertilidade de seu solo, pela sua extensão territorial, pelas possibilidades de um rápido desenvolvimento industrial autônomo, está em condições vantajosíssimas para vencer, com relativa rapidez, nesta luta pela sua verdadeira e real emancipação.

Para sustentar as reivindicações da revolução que propomos - única que julgamos útil aos interesses nacionais - o governo a surgir precisará ser realizado pelas verdadeiras massas trabalhadoras das cidades e dos sertões. Um governo capaz de garantir todas as mais necessárias e indispensáveis reivindicações sociais, limitação das horas de trabalho, proteção ao trabalho das mulheres e crianças, seguros contra acidentes, o desemprego, a velhice, a invalidez e a doença, direito de greve, de reunião e de organização.

Só um governo de todos os trabalhadores, baseado nos conselhos de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros, poderá cumprir tal programa.

A vitória da revolução, em tal momento, mais depende da segurança com que orientarmos a luta, do que das resistências que nos possam ser opostas pelos dominadores atuais, em franca desorganização e ineptamente dirigidos.

Proclamemos, portanto, a revolução agrária e antiimperialista realizada e sustentada pelas grandes massas da nossa população.

Lutemos pela completa libertação dos trabalhadores agrícolas de todas as formas de exploração feudais e coloniais, pela confiscção, nacionalização e divisão das terras, pela entrega da terra gratuitamente aos que

trabalham. Pela libertação do Brasil do jugo do imperialismo, pela confiscação e nacionalização das empresas nacionalistas de latifúndios, concessões, vias de comunicações, serviços públicos, minas, bancos, anulação das dívidas externas.

Pela instituição de um governo realmente surgido dos trabalhadores das cidades e das fazendas, em completo entendimento com os movimentos revolucionários antiimperialistas dos países latino-americanos e capaz de esmagar os privilégios dos atuais dominadores e sustentar as reivindicações revolucionárias.

Assim, venceremos.

Luís Carlos Prestes